

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

***“ANTES O FILHO APANHAR DO PAI DO QUE DA POLÍCIA”***

***REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS EDUCATIVAS DAS MÃES***  
***SOBRE OS FILHOS ATENDIDOS PELO CONSELHO TUTELAR DE***  
***VITÓRIA***

**DANIEL HENRIQUE PEREIRA ESPÍNDULA**

**VITÓRIA**  
**2006**

**DANIEL HENRIQUE PEREIRA ESPÍNDULA**

***“ANTES O FILHO APANHAR DO PAI DO QUE DA POLÍCIA”***

***REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS EDUCATIVAS DAS MÃES***

***SOBRE OS FILHOS ATENDIDOS PELO CONSELHO TUTELAR DE***

***VITÓRIA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Zeidi Araujo Trindade.

Vitória  
2006

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

E77a Espíndula, Daniel Henrique Pereira, 1978-  
“Antes o filho apanhar do pai do que da polícia” : representações e práticas educativas das mães sobre os filhos atendidos pelo Conselho Tutelar de Vitória / Daniel Henrique Pereira Espíndula. – 2006.  
124 f.

Orientadora: Zeidi Araujo Trindade.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo,  
Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Conselho Tutelar de Vitória (ES). 2. Representação social. 3. Mães e filho. 4. Educação de crianças. I. Trindade, Zeidi Araújo, 1946- II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

---

*“ANTES O FILHO APANHAR DO PAI DO QUE DA POLÍCIA”*

*REPRESENTAÇÕES E PRÁTICAS EDUCATIVAS DAS MÃES SOBRE  
OS FILHOS ATENDIDOS PELO CONSELHO TUTELAR DE VITÓRIA*

DANIEL HENRIQUE PEREIRA ESPÍNDULA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Aprovada em 27 de julho de 2006, por:

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Zeidi Araujo Trindade – Orientadora, UFES

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria de Fátima de Souza Santos – UFPE

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Smith Menandro - UFES

Nenhuma vida pode estar contida num só relato  
Não há como dar a cada ano a sua importância real...  
Incluir cada evento e pessoa que ajudou a moldar uma vida.  
Podemos ser fiéis à história em espírito...  
E tentar chegar ao coração do homem.

## AGRADECIMENTOS

Considero esta tarefa é uma das mais difíceis de serem realizadas. Agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente participaram da produção deste trabalho, implica lembrar todos os acontecimentos decorrentes desses dois anos de trabalho, sejam esses eventos bons ou ruins. Além de tudo, significa também saber que mais um ciclo de vida se fecha nesse momento, trazendo todas as esperanças, dúvidas e incertezas provenientes desse processo.

Agradecer apenas aqueles que contribuíram com o trabalho seria reduzir esses dois anos de vida a um exercício reflexivo. Desse modo, penso que todas aquelas pessoas que contribuíram de modo especial em minha vida durante esses anos devem ser lembradas.

Sendo assim, gostaria de agradecer primeiramente a Deus, pois a ele cabe o meu existir.

Aos meus pais, Romildo e Jacira, por toda educação, carinho durante e apoio durante todos esses anos. Aos meus irmãos, Júnior e Renata, pelas incansáveis brincadeiras e horas de divertimentos. A minha vó Maria José, meus tios André, Silvia e Augusta. Apesar da distância sempre tive a certeza de que todos vocês sempre estiveram no meu coração e que estaremos sempre ligados por laços muito maiores que os da consangüinidade.

À minha orientadora, Zeidi Araujo Trindade, pela atenção, paciência e disponibilidade, estando sempre disposta a ajudar e compreendendo todas as dificuldades do trabalho, apontando os caminhos a percorrer.

À minha co-orientadora Fátima Santos, por ter aberto as portas para a Psicologia Social durante a graduação quando desenvolvíamos atividades de Iniciação Científica e pelo socorro nos momentos de saudades dos prazeres que só o nordeste pode oferecer!

À Cristina Menandro, pelas questões e apontamentos levantados durante a qualificação e ajuda durante a elaboração da dissertação.

À Conselheira Tutelar Mônica Scárdua pela ajuda incomensurável durante a fase de coleta, chegando mesmo a passar por situações de risco para ajudar na coleta de dados.

A todas as mães que participaram do estudo, as quais permitiram compartilhar e compreender o drama e sofrimento vivenciados na luta constante em não ter o seu filho morto ou perdê-lo para o crime, tráfico ou para as drogas.

Ao Robson, Max e Léo, companheiros de república, sem esquecer de Rodrigo Binotti, “O cara”. Grande pessoa que já não chamo mais de amigo, mas de irmão, o que para ele: *“Família não é sangue, é sintonia...”*. Acho que essa frase explica bem a nossa amizade.

Aos grandes amigos do mestrado e o pessoal do doutorado, especialmente à Thaísa, Liana, Mirian, Kirlla, Cidoca, Cláudia Pedrosa, Flávia Turini, Luciana Hülle, Aline, Bruno e Alexandre, Sibelle, Sabine e Priscilla. Com certeza nunca irei esquecer dos nossos churrascos, casamentos, aniversários, festinhas no cerimonial da minha casa e dos lanches na casa de Thaísa. Quantas estratégias, teorias científicas e armações foram armadas nos nossos encontros.

As meninas do Nupes: Milena, Rafaela, Mariana (já no Mestrado e Doutorado), Beatriz, Renata, Daniela, Natália, Thaís, Ana Paula e Luciana.

À Lúcia na secretaria do Programa, pela disponibilidade, descontração, bom humor e presença de espírito.

Ao pessoal da Igreja Batista da Mata da Praia pelo acolhimento, diversões e alegrias desfrutadas ao longo desse tempo.

Por fim, a todos aqueles que não foram nomeados, mas com certeza eternamente lembrados: Luciano, Mirela, Érika, Vanda, Vânia, Joelma, Sandra, Roberta, Paola, Lorena, Law, Gabriel, Camila, Gil, Tiaguinho, Alexandre, Alice, Bruno Lopes e Marinho, Saulinho, Amanda, Luiz, Thais, Mayara, Carlos, Márcia, Cíntia, Alex, Eunice, Alberto, Adriana, Aloma, Michele e por aí vai...



## RESUMO

O presente trabalho procurou investigar as representações das mães atendidas pelo Conselho Tutelar sobre “filhos que dão problema”; as práticas educativas desenvolvidas no enfrentamento do problema e a sua avaliação do suporte oferecido pelo Conselho. Participaram do estudo onze mães de adolescentes, selecionadas segundo o interesse da pesquisa, com filhos que apresentam algum tipo de problema – envolvimento com drogas, estarem em situação de rua e/ou praticando pequenos delitos. Foi utilizado um roteiro de entrevista com uma questão de evocação sobre adolescentes que davam problemas, questões abertas sobre as práticas educativas desenvolvidas pela mãe na educação do filho, e a relação destas com o Conselho Tutelar. O material foi trabalhado a partir da análise temática proposta por Bardin. Os resultados mostram que a representação das mães a respeito de adolescente que dá problemas apresenta elementos como: *incontrolável, influenciável, com problemas de personalidade (mente fraca) e rebelde*. As causas parecem estar centradas nas características pessoais e internas; amizades e o meio em que vivem; falta de controle; necessidade da obtenção de bens socialmente valorizados e a questões religiosas. Já as práticas educativas estão embasadas na prática do diálogo e do conselho. Contudo, as mães avaliam que a única prática capaz de resolver o problema apresentado pelos filhos seria a internação. No entanto, o que se verifica é que na maioria dos casos a aplicação dessa medida não compete ao Conselho Tutelar, havendo um descompasso entre o que é vislumbrado pelas mães e as medidas aplicadas pelo Conselho com vistas à resolução do problema.

**Palavras-chave:** Representação social; Práticas educativas; Conselho Tutelar;

## ABSTRACT

The present work aimed to investigate the representations of mothers helped by the Tutoring Counsel about “problem children”; the educational practices developed in facing the problem and the evaluation of the support offered by the Counsel. Eleven mothers of adolescents participated in the study, selected according to the interest in the research, with children who presented some kind of problem – involvement with drugs, being at the street situation and/or practicing minor transgressions. We utilized an interview script with an evocation question about problem adolescents, open questions about educational practices developed by the mother in the child education, and the relation of those mothers with the Tutoring Counsel. The material was analyzed using Bardin’s thematic analysis. The results show that the representation of the mothers with respect to adolescents who give trouble presents elements as: *uncontrollable, follower, with personality problems (weak mind) and rebel*. The causes seem to be centered in the personal and internal characteristics; friendships and the environment where they live; lack of control; need of acquirement of socially valued goods; and religious questions. The educational practices, though, are based on the practice of dialogue and advice. However, the mothers evaluate that the only practice capable of solving the problem of their children in internship. Nevertheless, what happens is that in most cases the application of this measure does not fall under the Tutoring Counsel capabilities, creating a gap between what is sought by the mothers and the measures applied by the Counsel in order to solve the problem.

**Keywords:** Social representations; Educational practices; Tutoring Counsel.

## SUMÁRIO

Agradecimentos	05
Resumo	08
Abstract	09
CAPÍTULO 1: Introdução	12
Atuação e funcionamento do Conselho Tutelar	16
O estudo das Representações Sociais	20
O estatuto das Práticas Sociais	22
Capítulo 2: OBJETIVOS	31
Geral	31
Específicos	31
CAPÍTULO 3: MÉTODO	32
Participantes	32
Instrumento de coleta de dados	33
Procedimento de análise dos dados	34
CAPÍTULO 4: RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
Representação Social das mães sobre “adolescente que dá problemas”	40
Práticas educativas nos primeiros anos de vida	55
Problemas e práticas enfrentados na criação	64
Práticas desenvolvidas visando a resolução do problema do filho	71
Avaliação das Práticas Educativas	81
A relação com o Conselho Tutelar	84

Porque a mãe visita o Conselho e avaliação da instituição	95
Considerações finais	105
Referências Bibliográficas	110
ANEXO I	119
ANEXO II	120
ANEXO III	123

# CAPÍTULO 1

## INTRODUÇÃO

O crescimento anual da geração de adolescentes a que presenciamos atualmente fortalece a afirmação de que o Brasil é um país jovem e justifica a retomada, nos últimos anos, de discussões em torno do tema da adolescência. Dentro desse contexto social, a adolescência surge como um período do desenvolvimento cultuado e temido, ao qual se atribui crises existenciais representadas pelo deslocamento entre o que seria moralmente aceitável ou condenável.

A Psicologia como ciência vem, desde o século XX, buscando compreender como, a cada geração, os adolescentes desenvolvem estilos de vida; adquirem comportamentos peculiares; buscam de forma radical questionar regras e valores vigentes; em quais condições vivem; o que pensam, o que sentem, como agem e orientam seus projetos de futuro.

Mas, se por um lado, a adolescência é encarada como uma fase de liberdade, vigor físico e sexual, de positividade e ousadia, há também a concepção do adolescente como violento e ameaçador, o que faz com que este passe a ser considerado um indivíduo perigoso para a sociedade. Atos infracionais, utilização de substâncias ilícitas, o desrespeito e/ou o questionamento das regras e dos códigos sociais são atitudes consideradas inerentes a essa fase especial do desenvolvimento.

Por trazerem marcas associadas a essas categorias conflitivas, os adolescentes vêm trazendo preocupações para as ciências e para as leis, pois estes são vistos mais como agentes da violência do que como vítimas.

Vale a pena lembrar que a adolescência, tal como a conhecemos hoje, é um conceito histórico recente, sendo apenas reconhecida como uma categoria social no final do século XIX. Áries (1981) aponta que antes desta época crianças e adolescentes não eram reconhecidos como tal, mas como pequenos adultos ou adultos em miniatura.

Na história social da criança e do adolescente Ariès (1981), através de imagens da Idade Média, observa que a adolescência, como fase socialmente distinta e intermediária entre a infância e a vida adulta, surge mediante a criação de um espaço de preparação para esta última, através da substituição da aprendizagem por meio do convívio com os adultos pela aprendizagem na escola. O resultado foi que a criança deixou de ser misturada aos adultos, ficando numa espécie de “quarentena” antes de passar a ser considerada como adulta. A acentuada divisão e especialização da atividade econômica nas sociedades modernas também têm contribuído para que se prolongue ainda mais a preparação do jovem para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, a sua entrada no mundo dos adultos.

É no século XX que a adolescência passa a ser considerada uma categoria de referência para alguns setores da ciência e com significados diferenciados, sendo chamada por muitos como a idade do século XX.

As características humanas nessa fase do desenvolvimento, normatizadas por uma Psicologia que dava seus primeiros passos como ciência no início do

século XX, coincide historicamente com a preocupação manifesta em termos discursivos pelos ideólogos europeus, e no caso brasileiro, dos republicanos, de expandir a escolarização brasileira.

A partir do momento em que a adolescência, vista como um momento intermediário, surge como uma nova categoria social coube à ciência tentar dar conta desse fenômeno recente. Groppo (2000) salienta pelo menos três termos das diferentes áreas do saber que designaram este novo período do desenvolvimento humano. A Medicina criou o conceito de puberdade, baseando-se nas transformações do corpo e maturações biológicas. A Psicologia, a Psicanálise e a Pedagogia criaram a concepção de adolescência referindo-se a mudanças na personalidade e no comportamento do ser em desenvolvimento, e a Sociologia trata-a como juventude, indicando que esta fase é intervalo entre as funções sociais da infância e as funções sociais do adulto.

Ao avaliar o uso dos termos empregados para distinguir a adolescência, Menandro (2004) salienta que *“a concepção universalizante da adolescência como uma fase natural, inevitavelmente turbulenta, problemática, marcada pela idéia de crise, atormentada e conturbada ainda pode ser reconhecida nas idéias que circulam um século depois”*.

Em um estudo anterior, Espíndula e Santos (2004) buscaram verificar as representações que os Assistentes de Desenvolvimento Social, responsáveis pela guarda dos adolescentes autores de atos infracionais em regime de privação de liberdade, possuíam a respeito dos adolescentes sob sua guarda. Como resultados, verificaram que os educadores representavam estes adolescentes como diferentes dos outros adolescentes em geral. Esta representação de um

adolescente diferente estaria ancorada em idéias de determinismo biológico. Para os Assistentes de Desenvolvimento Social, o comportamento dos adolescentes que gerou a internação poderia ser explicado a partir de fatores genéticos provenientes dos pais. A influência do meio onde se deu o desenvolvimento e as trocas sociais dos adolescentes, considerado violento e ameaçador, também foram bastante enfatizadas pelos educadores para justificar a diferença entre os adolescentes.

Um ponto importante ressaltado pelos autores é que os educadores apontam a figura materna como sendo a única capaz de reeducar aqueles adolescentes, uma vez que, na concepção destes, a instituição responsável pelo processo de cumprimento das medidas socioeducativas não seria capaz de resolver o problema.

Lima (2003), quando avaliava o processo de liberdade assistida junto a adolescentes que cumpriam esse tipo de medida, também encontrou a indicação da mãe como uma das soluções para a problemática vivenciada por esses.

Sant'Ana (2003), ao verificar as representações da adolescência para os conselheiros tutelares do Espírito Santo, percebeu que estes profissionais apresentam uma representação que engloba concepções de rebeldia e uma rejeição de regras, ancoradas em conhecimentos advindos da Psicologia. Desse modo, os conselheiros justificam a infração e a violência dos adolescentes como resultado da rebeldia e da tentativa de quebra de valores. Resultados semelhantes também são indicados por Espíndula e Santos (2004).

Santa'Ana (2003) salienta ainda que a família é vista pelos conselheiros como a principal responsável pelo modo de ser do adolescente. Segundo a



autora, estas concepções também se ancoram em produções da Psicologia do Desenvolvimento, que defende a família como a instituição responsável pela socialização dos filhos.

Foi a partir desses dados que mostram a adolescência como um momento da vida marcado pela vulnerabilidade ao envolvimento com práticas ilícitas, aliado à representação dos profissionais responsáveis por aplicar e fazer cumprir as medidas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que se deu a proposta do presente trabalho. Pretende-se investigar as representações das mães sobre os filhos envolvidos com algum tipo de prática ilícita ou vulneráveis a essa prática, atendidos pelo Conselho Tutelar, e as práticas educativas desenvolvidas alusivas ao enfrentamento desse problema. Pretende-se ainda verificar como as mães avaliam o suporte oferecido pelo Conselho Tutelar.

### **Atuação e funcionamento do Conselho Tutelar**

Para que o Estatuto da Criança e do Adolescente fosse implementado na sua totalidade, foi necessária a criação e atuação dos Conselhos Municipais de Direitos e dos Conselhos Tutelares, cujas funções são bem definidas pelo Estatuto.

O Conselho Municipal de Direitos é um órgão municipal deliberativo e controlador das ações referentes ao atendimento dos direitos da criança e do adolescente, no que diz respeito a ações governamentais e não-governamentais, em todos os níveis. Sua constituição é paritária e é formado por membros de organizações representativas da comunidade e do poder municipal. O Conselho Municipal tem a função de controlar as políticas públicas municipais voltadas à

criança e ao adolescente, zelando para que sejam cumpridos os princípios do Estatuto.

Segundo o ECA (1990), o Conselho Tutelar é um órgão não jurisdicional, permanente e autônomo, que não integra o Poder Judiciário. Vincula-se à Prefeitura, mas a ela não se subordina. Sua fonte de autoridade pública é a lei do Estatuto da Criança e do Adolescente e está sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Tem o dever de fiscalizar e fazer cumprir os direitos da criança e do adolescente. Dessa forma, suas decisões não estão submetidas a nenhum outro tipo de autoridade; entretanto, por ser um órgão não jurisdicional, não pode estabelecer penas para o não cumprimento do ECA, pode apenas pedir providências junto ao Ministério Público. Suas decisões só podem ser revistas por uma autoridade judiciária. O papel do Conselho Tutelar é atender pessoas que tiveram seus direitos violados.

Os Conselheiros Tutelares são agentes eleitos pela comunidade como seus representantes e é por meio desses agentes que a comunidade pode participar da elaboração de políticas públicas para atendimento da criança e do adolescente. É a própria comunidade que elege seus representantes, diretamente ou indiretamente, por meio de entidades representativas. É justamente pelo fato de serem escolhidos da e pela comunidade local, que estes Conselheiros devem ser conhecedores da realidade em que as crianças e adolescentes estão inseridos, podendo lutar e propor a implantação de políticas mais condizentes com esse cotidiano.

A escolha dos Conselheiros é organizada seguindo determinações de leis municipais, desde que respeitadas as exigências do Estatuto, que estabelece que

os Conselheiros devam ser escolhidos pela comunidade local, ter idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município em que é candidato a Conselheiro há pelo menos dois anos.

As atribuições dos Conselheiros consistem em atender, conforme prevê o artigo 98 do Estatuto, *“crianças e adolescentes que tiveram seus direitos ameaçados ou violados, em razão da sua conduta, por ação ou omissão da família, da sociedade e do Estado”*. De acordo com o artigo 136 do Estatuto (1990), cabe ao Conselho Tutelar:

*“Aconselhar os pais quando violam estes direitos ou são omissos quanto à sua garantia; requisitar serviços públicos como vagas em escolas, creches, hospitais; e assessorar o poder executivo na elaboração de proposta orçamentária para criação de programas de atendimento à criança, ao adolescente e às famílias”*.

Eles têm ainda o dever de fiscalizar os órgãos públicos e privados que atendem e/ou aplicam medidas de proteção às crianças e aos adolescentes. Ou seja, o Conselho Tutelar atua como órgão executor das políticas de atendimento previstas em lei, requisitando serviços e acionando a justiça para garantir esses direitos.

Em relação ao ato infracional, atendem apenas a crianças menores de 12 anos que o cometeram. O adolescente deve ser encaminhado à Vara da Infância e da Juventude, já que é prevista, para ele, medida socioeducativa, com possibilidade de suspensão parcial de liberdade.

Apesar dos quinze anos de existência do Estatuto da Criança e do Adolescente, percebe-se que ele ainda é uma realidade recente no Brasil, e a implementação tanto dos Conselhos de Direito como dos Tutelares tem se dado

de maneira diferenciada nos municípios brasileiros. Dentre estes, observa-se que apenas alguns acataram a lei como uma formalidade imposta, Aragão (2004).

Sob este aspecto em particular vários estudos referentes à problemática de implementação e funcionamento dos Conselhos Tutelares se limitam a fazer uma identificação de cunho genérico ou descritivo das ações por eles executadas. Em geral, tais estudos formulam proposições de condutas ou apontam adequações necessárias às práticas dos Conselheiros, sem, contudo, levarem em consideração o que os próprios atores sociais têm a dizer e/ou analisar suas práticas concretas, conforme aponta Aragão (2004).

Segundo a Associação Nacional de Centros de Defesa, através do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (1997), em uma pesquisa realizada a respeito da configuração atual dos Conselhos Tutelares entre as diversas regiões brasileiras, percebeu-se que o perfil de atuação do Conselho Tutelar gira em torno de cinco ações:

- Atendimento direto de denúncias;
- Ação diagnóstica da realidade de violação de direitos;
- Monitoramento do Sistema de Garantia de Direitos;
- Diagnóstico seguido da campanha de conscientização;
- Atendimento direto, o que supre a falta de políticas públicas.

O nosso objetivo aqui não é o de relatar as ações do Conselho. Sendo assim, não nos deteremos em tecer descrições mais detalhadas a respeito das dificuldades enfrentadas pelos Conselhos, seja durante a sua implantação ou funcionamento, uma vez que várias pesquisas a esse respeito já foram

realizadas<sup>1</sup>, assim como pesquisas sobre as concepções dos Conselheiros Tutelares, como as realizadas por Aragão (2004) e Sant'Ana (2003), entre outros, o que também não será focado aqui.

Quando se procura saber o significado das representações de conselheiros tutelares sobre a adolescência, Sant'Ana (2003) aponta que para esses profissionais a adolescência é vista como uma fase de rebeldia e descobertas e que família exerceria um papel significante para o desenvolvimento social e afetivo do adolescente.

## **O estudo das Representações Sociais**

Atualmente o estudo das representações sociais constitui um vasto campo de pesquisa, englobando uma ampla variedade de temas podendo se relacionar a qualquer objeto social, transmitido através da comunicação e que tenha uma relevância para o grupo, fazendo parte de suas práticas cotidianas (Sá, 1995). No âmbito da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais (TRS) se apresenta como uma importante ferramenta teórica pela aplicabilidade para os pesquisadores e para aqueles que buscam compreender os significados e os processos relacionados ao conhecimento do senso comum.

Ao tomarmos uma representação como algo que é elaborado de forma coletiva a partir das trocas e práticas dentro de um contexto histórico, podemos supor que a representação é responsável por fornecer os subsídios para os julgamentos, atitudes e comportamentos. Elas estão entre os elementos que são responsáveis por dar significado e coerência ao universo vivido, expressando-se

---

<sup>1</sup> Como as de Silva (1994), Andrade (1997) e Aragão (2001), por exemplo.

em várias formas de comunicação, servindo assim, como orientação para as ações dos indivíduos.

As representações sociais, tomadas como um sistema de interpretação são capazes de conduzir a nossa relação com o mundo e com os outros e de orientar e organizar as condutas e comunicações sociais. Para Moreira (2001)

*“A teoria das representações sociais constitui-se num instrumento de estudo particularmente importante nas relações onde os aspectos simbólicos são determinantes das condutas, das práticas e dos comportamentos”.* (Moreira, 2001, p. 104)

Dessa forma, o estudo das representações permitiria então, compreender o conjunto de significados atribuídos a um objeto por um determinado grupo social, bem como aos comportamentos relativos a este objeto. A esse respeito, Vala (1996) argumenta:

*“As representações sociais não são meros enunciados sobre a realidade, mas teorias sociais práticas sobre objectos relevantes na vida dos grupos. Enquanto teorias são organizações de crenças, atitudes e explicações; enquanto teorias práticas são organizações de acção; enquanto teorias sociais são produzidas no quadro das comunicações quotidianas suscitadas pelas identidades sociais.”* (Vala, 1996, p. 151)

No que tange à produção científica na área, percebe-se um florescimento da literatura em espanhol e português, salientado por Farr (1998), e de um intercâmbio considerável entre a Europa e a América do Sul<sup>2</sup>.

As Representações Sociais ou teorias do senso-comum (Moscovici, 1961) correspondem aos significados construídos no interior das relações sociais. Esses

---

<sup>2</sup> (conforme produção apresentada na IV Jornada Internacional em Representações Sociais e II Conferência Brasileira realizada em João Pessoa, novembro de 2005).

significados são compreendidos como constituídos por e constitutivos da realidade social, sendo dessa forma, explicativos e prescritivos de normas e valores da realidade. Por estarem articuladas às teorias científicas, as representações sociais relacionam os conhecimentos elaborados pela ciência através de um processo de ressignificação, recriando no bojo das teorias populares, do conhecimento do cotidiano ou do dia-a-dia, universo consensual.

Tomando por base o referencial teórico, que trata desde a concepção de adolescência/juventude até a questão dos problemas trazidos pelos adolescentes, tais como o envolvimento em atos infracionais, cumprimento de medidas em privação de liberdade, semi-liberdade ou o modo como os conselheiros significam a adolescência apontamos alguns estudos recentes (Menin, 2000, 2003; Espíndula & Santos, 2004; Lima, 2003; Menandro, 2004; Sant’Ana, 2003).

## **O estatuto das Práticas sociais**

Em um número especial da Revue Internationale de Psychologie Sociale, destinado às representações sociais, Jodelet e Moscovici (1990) atentam para o fato de que as práticas sociais são estudadas aquém do desejado pela Psicologia Social, apesar de sua importância teórica. Ao mesmo tempo em que os autores nos oferecem uma definição de prática social, observam:

*“Considera-se, geralmente, que as representações sociais são associadas a comportamentos atomizados, sem laços sociais, freqüentemente sob a forma de legitimação, dando sentido aos atos que lhes são anteriores ou independentes. Negligencia-se o fato que as práticas são sistemas de ações socialmente estruturados e instituídos em relação com regras” (Jodelet & Moscovici, 1990, p.287)*

Considera-se, geralmente, que as representações sociais são associadas a comportamentos atomizados, sem laços sociais, freqüentemente sob a forma de legitimação, dando sentido aos atos que lhes são anteriores ou independentes. Negligencia-se o fato que as práticas são sistemas de ações socialmente estruturados e instituídos em relação com regras (Jodelet & Moscovici, 1990, p.287)

Em complemento ao que foi observado por Jodelet e Moscovici (1990), Trindade (1998b) procura justificar a escassez de trabalhos que tenham como enfoque as práticas sociais ao argumentar a dificuldade advinda do alto nível de complexidade das práticas:

*“O nível de complexidade dos fenômenos por vezes dificulta, ou mesmo impede, seu estudo, apesar de seu valor social, e pode estar aí o motivo do reduzido número de estudos fundamentados na TRS que focalizam as práticas sociais como objeto da pesquisa, o que é curioso dada a sua valorização, evidenciada pela freqüência em que são mencionadas”.* (Trindade, 1998b, p.20)

Outra lacuna existente na literatura científica está na escassez de produções que busquem relacionar as práticas sociais com a representação, conforme salienta Campos (2003). Para o autor:

*“As relações entre práticas e representações são muito complexas e ainda pouco estudadas, tanto do ponto de vista teórico, quanto empírico. Trata-se, no entanto, de uma carência relativa de pesquisas, visto que, em realidade, o que não se conseguiu ainda atingir foi à construção de um modelo único, válido para o conjunto das situações sociais. Assim sendo, cada pesquisa deve ser desenvolvida a partir de situações bem definidas e deve levar em consideração cada caso em sua especificidade”.* (Campos, 2003, p. 30-31)



Ao tratar da definição de prática social, Sá (1994) ressalta a ambigüidade do conceito e seu uso indiscriminado entre os pesquisadores que adotam a TRS. Já Trindade (1998a) realizou um mapeamento do uso dos conceitos “práticas sociais”, “práticas socioculturais” e “práticas cotidianas”, no periódico *Papers on Social Representations*. Como resultado encontrou apenas 04 autores que definiam sua concepção de “práticas sociais”. Para a autora:

*“Não se pode atribuir à negligência dos pesquisadores essa indefinição sobre um conceito fundamental na TRS, mas que tudo se passa como se houvesse um ‘consenso implícito’, onde todos (ou quase) sabem que todos têm a mesma compreensão sobre as configurações das práticas sociais, sendo, portanto, um exercício de redundância a tentativa de defini-las. É a naturalização das práticas sociais”* (Trindade, 1998a, p.3)

Foi a partir das definições encontradas que Trindade (1998a) conclui que existem ao menos dois requisitos comuns entre os autores: 1) as práticas sociais referem-se a um conjunto de ações; 2) *“as ações se apresentam com organização encadeada e padronizada”*. A autora lembra que apesar dos requisitos comuns, há priorização, por parte dos pesquisadores, de diversos aspectos das práticas. Num determinado momento são enfatizados os aspectos mais subjetivos por se considerar que as práticas sociais são atividades significativas para os sujeitos, em outros, as práticas são remetidas à noção de papel social.

Ainda com relação à configuração das práticas, Trindade (1998b) salienta que, embora os estudos procurem focalizar *“práticas circunscritas a determinados espaços/atividades”*, o que não deixa de ser importante, *“[...] Tais estudos parecem pressupor que essas práticas só ocorrem em ambientes propícios”* (Trindade, 1998b, p.20). Se tomarmos como exemplo as práticas religiosas,

percebemos que os estudos focam-se nas práticas na igreja, nos grupos de oração e similares, mas conforme salienta a mesma autora, é como se essas práticas *“fossem desvinculadas de outras práticas construídas pelos sujeitos e sem existência (ou relevância) em outros momentos de suas vidas”* (Trindade, 1998b, p.20).

Isto nos remete à discussão sobre a diversidade de práticas sociais articuladas no cotidiano e ao mesmo tempo, contribuindo para a representação social de um determinado objeto. Campos (1998b), por exemplo, observou a articulação de diversas representações na determinação de práticas relativas aos meninos de rua. De modo semelhante, Santos e Belo (1998), em seu trabalho sobre as representações sociais da velhice, observaram que as práticas relativas ao trabalho, à família, aos movimentos sociais parecem contribuir para as representações construídas sobre a velhice.

Ao que nos parece, a dificuldade maior estaria no estudo das práticas que ultrapassassem esses espaços e atividades específicas, previamente estabelecidas pelo pesquisador: práticas escolares desenvolvidas por professores, com agentes de meninos de rua, profissionais de saúde em hospitais, dentre outros. A própria literatura científica corrobora essa observação. A pesquisa sempre citada quando se referem às práticas sociais como objeto é a de Jodelet (2001), sobre as práticas de exclusão nas representações sociais da loucura.

Considerando ainda a proposição de Abric (1996), de que os agentes sociais formam, com base em suas experiências e valores, um saber capaz de orientar suas práticas, pretendemos investigar as práticas educativas das mães

atendidas pelo Conselho Tutelar de Vitória-ES para com os filhos que as fizeram comparecer à instituição.

Em referência às práticas educativas parentais, Alvarenga e Piccinini (2001) argumentam que estas têm sido objeto de estudo de inúmeras investigações nas últimas décadas. Segundo os autores:

*“... muitas dessas pesquisas abordaram as possíveis implicações das práticas educativas utilizadas pelos pais no desenvolvimento de seus filhos. Entre outros fatores ligados ao desenvolvimento infantil, os problemas de comportamento têm sido enfatizados como uma das variáveis relacionadas às práticas educativas parentais”.* (Alvarenga, P. & Piccinini, 2001, p. 449)

Seria no convívio diário que os pais procurariam direcionar o comportamento dos filhos visando o desenvolvimento dos princípios morais, o que para Vasquez (1969, p. 49 citado por Camino, Camino, & Moraes, 2003) pode ser interpretado como *“um conjunto de normas aceitas, livre e conscientemente que regulam o comportamento social e individual dos homens”*. Além do desenvolvimento desses princípios, caberia ainda aos pais criar um ambiente que favoreça a aquisição de uma variedade de comportamentos que garantam a independência, autonomia e responsabilidade dos filhos.

As formas como se socializam os indivíduos são múltiplas e bastante complexas. Mas, apesar desta complexidade, a Psicologia centrou-se, até em meados do século XX, na análise do papel das relações familiares no desenvolvimento dos princípios éticos e morais. A centralização na família tem sua razão de ser, pois por mais que as normas e os processos de socialização variem segundo diversos contextos sociais, o papel dos pais continua sendo o de

avaliar se os comportamentos dos filhos são ou não adequados a essas normas (Darling & Steinberg, 1993, citado por Camino, Camino & Moraes, 2003).

Ao mesmo tempo em que os pais se esforçam para promover o desenvolvimento de características socialmente valorizadas, esforçam-se também para suprimir ou reduzir comportamentos que sejam considerados socialmente inadequados ou desfavoráveis. Para cumprir o papel de agentes de socialização dos filhos, é comum os pais utilizarem-se de diversas estratégias e técnicas para orientar seus comportamentos, o que é denominado pela literatura de *controle parental*. Neste campo de estudo destaca-se como uma das contribuições mais importantes os trabalhos de Hoffman (1983, 1994) sobre a socialização, distinguindo três técnicas de socialização utilizadas pelos pais: a indução, a retirada de afeto e a afirmação de poder.

Para Hoffman (1994), a estratégia indutiva caracteriza-se por atingir o objetivo disciplinar indicando para a criança as conseqüências do seu comportamento para as outras pessoas e chamando sua atenção para os aspectos lógicos da situação. Isso propiciaria à criança a compreensão das implicações da sua ação e, portanto, dos motivos que justificam a necessidade de mudança no seu comportamento.

Já a retirada do afeto consiste em mostrar à criança que seu comportamento teve ou pode ter por conseqüência a ruptura de um elo afetivo entre ela e o adulto. Finalmente, a afirmação de poder é constituída pelo emprego de coerção externa ou de força física para impedir ou punir uma falta cometida. Como exemplo dessa técnica, esse autor cita todas as formas de punição real, salvo a retirada de afeto.

As estratégias disciplinares coercitivas tenderiam a cumprir apenas objetivos de socialização de curto prazo, fazendo com que a criança, momentaneamente, pare de se comportar de determinada forma ou forçando sua obediência. Talvez a eficácia dessas estratégias em curto prazo explique o fato de serem empregadas pela maioria dos pais em várias situações.

A aquisição dos atributos socialmente valorizados e a tentativa de extinção dos não aceitos socialmente se dão através das trocas socializatórias. Jones e Gerard (1964) definem essas trocas como um processo em que há *“a adoção e internalização, pelo indivíduo, de valores, crenças e maneiras de perceber o mundo que são compartilhadas pelo grupo”*. Para estes autores, quando a internalização se dá de forma efetiva, o indivíduo termina por desejar comportar-se da maneira que os outros desejam e esperam que o faça, enquanto membro responsável do grupo.

Embora os pais desempenhem importante função nos processos socializatórios dos filhos, sabe-se também que o grupo de pares desempenha um papel decisivo na socialização. Estudos sobre identidade social mostram o papel relevante que os grupos de desempenham como agentes de socialização (Tajfel, 1981). É no processo de socialização que crianças e adolescentes começam a reconhecer seus interesses, a partir de sua inserção nos diversos grupos sociais.

Camino (1996) salienta que seria na interação com os outros grupos que o grupo constrói, conjuntamente com os sujeitos que a ele pertencem, os valores e normas que formam a identidade social desses sujeitos. Para o autor, *“os jovens não só se adaptariam a grupos já existentes, mas participariam de grupos onde ativamente construiriam suas normas e suas identidades sociais”* (Camino, 1996).

Portanto, o que vemos em relação às práticas educativas é que não são as pessoas que se socializam individualmente, mas são os grupos se socializam na dinâmica das relações que mantêm com os outros grupos.

Em relação às práticas educativas de mães, vários estudos apontam a relação entre modelos de estilos parentais e problemas relacionados à criação dos filhos (Pinheiro, 2003; Alvarenga & Piccinini; 2001; Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Camino, Camino & Moraes, 2003; Weber, Viezzer & Bradenbrug, 2004) e Caldana (1995).

Bolsoni-Silva e Marturano (2002) argumentam que as relações sociais familiares determinam a existência de uma ligação entre práticas educativas e comportamento anti-social dos filhos. Segundo as autoras em questão, as famílias podem estimular estes comportamentos por meio de disciplina inconsistente, pouca interação positiva, pouco monitoramento, supervisão insuficiente das atividades da criança e empregando frequentemente punições para comportamentos desviantes, o que levaria a criança a utilizá-los, possivelmente para sobreviver neste sistema social aversivo. Assim, estas crianças, ao ingressarem no ambiente escolar, passariam a repetir estes padrões, que, adicionados às dificuldades dos professores em lidar com as mesmas, faz com que comportamentos inadequados persistam prejudicando sua aprendizagem e socialização.

Após essa breve revisão da literatura, observa-se que compreender o significado atribuído pelas mães aos problemas na criação dos filhos possibilitaria alargar os conhecimentos existentes em torno dessa problemática, bem como

favorecer um espaço de escuta para essas mulheres que enfrentam diretamente o problema trazido pelos filhos.

## CAPÍTULO 2

### OBJETIVOS

#### **Geral**

A problemática do trabalho consistiu em investigar as representações sociais das mães sobre os filhos atendidos pelo Conselho Tutelar e as práticas educativas desenvolvidas por estas alusivas ao enfrentamento desse problema e avaliação do suporte fornecido pelo Conselho Tutelar.

#### **Específicos**

- Identificar as representações sociais das mães sobre os filhos atendidos pelo Conselho Tutelar;
- Conhecer as práticas educativas das mães na criação dos filhos;
- Compreender como se dá, nesse caso, a articulação entre as representações de “filho que dá problema” e as práticas educativas;
- Verificar como se configuram, na compreensão das mães, o suporte oferecido pelo Conselho Tutelar para o problema enfrentado pelo filho.



## CAPÍTULO 3

### MÉTODO

#### **Participantes**

A pesquisa foi realizada no Município de Vitória-ES, com mães de adolescentes atendidos pelo Conselho Tutelar do mesmo município, selecionadas previamente, via telefone, pelo Conselho Tutelar de Vitória, segundo o interesse da pesquisa, ou seja, filhos que apresentem algum tipo de problema para os pais, tais como uso de drogas, estarem em situação de rua e/ou praticando pequenos delitos.

Para a escolha dos participantes, Sá (1998) salienta que no caso de entrevistas em profundidade para o estudo das representações sociais não se faz necessário um número muito grande de sujeitos, *“visto que a representação manifestada por certo número de sujeitos e por um número maior seria a mesma”* (p.92). É comum empregar o critério conhecido como de “saturação” para se obter o número limite, o qual não é definido previamente, mas no decorrer da pesquisa.

À medida que os temas e argumentos vão se repetindo, isto indicaria que entrevistar um número maior de sujeitos pouco acrescentaria ao significado do conteúdo da representação. Dessa forma, recomenda-se, então, realizar mais algumas entrevistas e parar. No nosso caso, optamos por finalizar as entrevistas com 11 participantes, uma vez que o conteúdo trazido durante a situação de entrevista já estava se repetindo em torno de alguns eixos temáticos, o que indicou que o critério de saturação já havia sido atingido.

## **Instrumento de coleta de dados**

Para Abric (1994), a utilização de entrevistas em profundidade é *“atualmente, um método indispensável em qualquer estudo sobre representações”*. (Abric, 1994, p.61). A fim de que a coleta fosse realizada, fizemos uso de entrevistas individuais com roteiro semi-estruturado junto às mães atendidas pelo Conselho. Todas as entrevistas foram realizadas durante visitas às residências das mesmas.

As participantes foram informadas dos objetivos da pesquisa, dos benefícios esperados e assinaram um termo de consentimento de participação em duas vias afirmando estarem cientes dos procedimentos utilizados. Todas as entrevistas foram gravadas, com consentimento das mães, e posteriormente transcritas pelo próprio pesquisador. Foi ressaltado o sigilo quanto às respostas dadas. Pelo fato da pesquisa poder gerar algum tipo de desconforto, as participantes foram informadas que poderiam interromper e terminá-la em outro momento ou desistir de participar da pesquisa. Além disso, caso fosse necessário, seria oferecido suporte psicológico, e se houvesse algum tipo de demanda específica, as participantes poderiam ser encaminhadas para atendimento psicoterápico nas redes de assistência à saúde ou em clínicas escolas, como a da UFES, por exemplo. A fim de garantir o sigilo, todos os nomes contidos nos relatos apresentados foram modificados.

O roteiro de entrevista continha questões que abordavam os aspectos sócio-demográficos das respondentes, além de questões abertas agrupadas em torno de três eixos temáticos: o primeiro eixo tratou do filho adolescente que estava apresentando problemas; o segundo eixo abordava as práticas educativas

desenvolvidas pela mãe visando a educação do seu filho; e por fim, o terceiro eixo investigava a relação dessa mãe com o Conselho Tutelar, bem como sua avaliação a respeito da instituição.

A vantagem da utilização de questões abertas é que estas dão possibilidade do sujeito se expressar com mais liberdade, facilitando ainda a obtenção de informações que permitem uma maior compreensão da configuração dos elementos mais representativos tanto das representações como das práticas utilizadas pelos sujeitos. Para maiores informações, o roteiro de entrevista encontra-se no Anexo II.

Além das entrevistas, utilizamos ainda questões de associação livre a respeito do que as mães pensam sobre “adolescentes que se metem em problemas”<sup>3</sup>. Este tipo de estratégia é bastante empregado por Abric (1994). A justificativa para o emprego deste tipo de técnica pode ser verificada por:

*“Seu caráter espontâneo – portanto menos controlado- e a dimensão projetiva dessa produção deveriam, portanto, permitir o acesso, muito mais fácil e rapidamente do que em uma entrevista, aos elementos que constituem o universo semântico do termo ou do objeto estudado. A associação livre permite a atualização de elementos implícitos ou latentes que seriam perdidos ou mascarados nas produções discursivas”* (Abric, 1994, p.66).

## **Procedimento de análise dos dados**

Dentre as diversas modalidades propostas por Bardin (1979), a análise temática nos pareceu a mais apropriada como procedimento em nossa pesquisa, uma vez que nos propusemos a identificar determinados temas que denotam os

---

<sup>3</sup> A escolha por essa expressão deu-se por esta ser a mais utilizada pelas mães ao se referir ao filho. A relação das mães que procuram o Conselho Tutelar, mostram ainda que elas têm uma familiaridade com essa questão, daí a escolha do termo.

valores de referência e formas de conduta presentes no discurso. Para tanto, os passos seguidos neste estudo foram os seguintes:

- 1) Primeira leitura do corpus: Anotação de impressões gerais sobre possíveis elementos recorrentes nas narrativas;
- 2) Segunda leitura do corpus: Pré-categorização temática. Recorte das narrativas em função do aspecto temático presente de forma recorrente nas narrativas;
- 3) Terceira leitura: Construção dos grandes temas, contendo os aspectos gerais dos depoimentos selecionados a partir de trechos das narrativas. Posteriormente, foram elaborados os agrupamentos possíveis, delimitando-se os sub-agrupamentos.

Este tipo de análise objetiva compreender o sentido das comunicações e suas significações explícitas e/ou ocultas. Segundo Coutinho, Araújo e Gontiès (2004):

*“Esse tipo de análise visa obter a sistematização e descrição dos conteúdos das mensagens, os quais permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção e são analisados quantitativamente por meio da análise das freqüências e percentuais”. (Coutinho, Araújo e Gontiès, 2004, p. 472).*

Deste modo, em todas as narrativas que foram produzidas pelas onze participantes buscamos identificar as regularidades de idéias e de sentidos, além de procurar agrupar elementos de significados mais próximos, para que se

pudessem obter, a partir desses processos, possíveis categorias temáticas gerais de conteúdo e relacioná-las ao seu contexto de produção.

Após a organização dos elementos sinalizadores que sobressaíram nas narrativas, realizamos a análise propriamente dita. Nesta, discutimos como eixos fundamentais as categorias representação do adolescente que traz problemas; práticas educativas desenvolvidas pelas mães em dois momentos: a) práticas desenvolvidas durante os primeiros anos de vida do adolescente visando sua formação, b) práticas desenvolvidas a partir do momento em que o adolescente começou a apresentar o que considerava “problema”; e a relação das mães com o Conselho Tutelar.

## CAPÍTULO 4

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para efeito de categorização, apresentaremos inicialmente os resultados referentes ao perfil sócio-demográfico das participantes. Os dados foram distribuídos em duas tabelas a fim de facilitar a leitura.

As mães participantes da pesquisa eram, na sua totalidade, habitantes do município de Vitória-ES, sendo todas habitantes de bairros populares (São Benedito, Jaburu, Vila Romão, Morro do Forte e Consolação).

**Tabela 1 – Perfil sócio-demográfico das participantes quanto à escolaridade, estado civil, número de filhos e posição do filho que a fez procurar o Conselho Tutelar**

<i>Participante</i>	<b>Idade</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Nº de filhos vivos</b>	<b>Posição</b>	<b>Idade dos filhos</b>
01	39	Solteira	05	1º e 2º	14 e 12
02	47	Solteira	04	3º	12
03	30	Casada	07	2º	12
04	30	Casada	06	3º	12
05	60	Casada	09	9º (neto)	14
06	38	Casada	05	3º	14
07	39	Casada	08	Não sabe	14 e 15
08	58	Casada	09	9º (adotivo)	12
09	35	Viúva	04	4º	12
10	34	Viúva	05	5º	11
11	38	Casada	12	12º	11

Ao observarmos a religião das participantes entrevistadas na tabela 2, estas se dividem entre católicas não praticantes e protestantes, sendo que as protestantes, na sua maioria, são praticantes.

Entre as mães entrevistadas, constatamos também que quando não estavam desempregadas, eram diaristas, donas-de-casa ou faziam pequenos serviços, como catar latinhas, garrafas plásticas de refrigerantes ou guardar carros em lugares movimentados da noite de Vitória. Estas ocupações refletem, de certa forma, as funções que as mulheres vem ocupando em nossa sociedade, principalmente aquelas das camadas populares. Todas as entrevistadas que informaram estar desempregadas, quando indagadas a respeito da sua profissão, informaram ser empregadas domésticas.

Dessa forma, vemos que estas assumem papéis tipicamente domésticos associados à figura feminina. Mesmo a que informou ser dona de bar, vimos que o estabelecimento funciona na fachada da frente da sua casa, sendo possível a esta trabalhar e continuar a desenvolver suas atividades como dona de casa, tais como tomar conta dos filhos, cozinhar, lavar e passar, sem maiores prejuízos.

Com relação à renda familiar, constatamos que a grande maioria das entrevistadas possui renda familiar de até um salário mínimo. Em todos os casos essa renda é completada pela bolsa advinda do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) do Governo Federal, da Bolsa Escola e do Vale-Gás. As que possuem renda superior a um salário mínimo possuem filhos mais velhos que já trabalham e colaboram com as despesas em casa. Em relação à escolarização, constatamos ainda que apenas uma possui o ensino fundamental completo. Esses achados refletem o nível de escolarização nas camadas populares brasileiras, servindo como indicador das ocupações desempenhadas por essas mães e, conseqüentemente, da baixa renda familiar, podendo interferir ainda nas práticas alusivas à criação desses filhos.

**Tabela 2 – Perfil sócio-demográfico das participantes quanto à religião, ocupação e renda.**

<b>Participante</b>	<b>Religião</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Ocupação</b>	<b>Renda familiar<sup>A</sup> em salário mínimo</b>
01	Protestante	Fund. Incomp.	Desempregada	1 ½
02	Protestante	Fund. Incomp.	Aux. Serv. Gerais	2 ½
03	Católica	Fund. Incomp.	Do lar	⅓
04	Católica	Méd. Incomp.	Desempregada	1
05	Protestante	Fund. Incomp.	Dona de bar	1
06	Católica	Fund. Incomp.	Desempregada	2 ⅔
07	Católica	Fund. Incomp.	Diarista	½
08	Protestante	Fund. Incomp.	Do lar	1 ½
09	Protestante	Fund. Incomp.	Pequenos serviços <sup>5</sup>	1
10	Católica	Fund. Incomp.	Pequenos serviços	⅓
11	Protestante	Fund. Incomp.	Diarista	⅔

Conforme salientado anteriormente, todo o material discursivo coletado a partir das entrevistas foi analisado segundo análise temática categorial proposta por Bardin (1979).

Os três grandes blocos de análise: Representação Social (RS) do filho adolescente que dá problemas; práticas educativas das mães alusivas à criação dos filhos; e relação destas com o Conselho Tutelar foram divididos em sub temas, organizados a partir das falas das entrevistadas. A seguir, apresentamos a análise do primeiro bloco, onde discutiremos os dados encontrados sobre a representação das mães atendidas pelo Conselho Tutelar a respeito dos filhos que as levaram àquela instituição.

<sup>4</sup> Os valores apresentados se encontram em salário mínimo. Vale a pena salientar que durante o período de coleta o mesmo era de R\$ 300,00 (trezentos reais).

<sup>5</sup> Como já referido anteriormente, esses pequenos serviços referem-se a catar latinhas, garrafas plásticas de refrigerantes ou guardar carros, por exemplo.



## **Representação Social das mães sobre o filho “adolescente que dá problemas”**

Nesse primeiro eixo de análise buscamos averiguar as representações sociais das mães sobre filhos adolescentes que “dão problemas”. A partir dos resultados encontrados na questão de associação livre, analisadas com base na sua frequência, percebemos que essas mães representam o adolescente que dá problemas como *incontrolável, influenciável, com problemas de personalidade (mente fraca) e rebelde*. Entretanto, é necessário salientar ainda que na literatura psicológica (Aberatury, 1992; Assumpção & Batista, 1998; Bee, 2003; Papalia & Olds, 1998) o adolescente tido como “normal” apresenta todas essas características ao passar por essa fase, porém, menos potencializadas que os que dão problemas.

Sabemos que as representações apresentam a função justificadora e prescritora de normas e ações sociais (Sá, 1994). Ao serem indagadas a respeito do presente tema as mães levantavam os motivos que levaram o adolescente a apresentar tais problemas durante a criação e esses motivos indicados pelas mães têm a função, no âmbito das representações, de justificar os motivos que levaram o filho a apresentar tais comportamentos e as conseqüências desses atos.

Os resultados em relações às explicações foram agrupados em cinco categorias de análise: *características pessoais e internas; amizades e o meio externo em que vivem; questões familiares; questões religiosas; e necessidade da obtenção de bens socialmente valorizados*.

Tanto nesse eixo como nos outros, as categorias não são exclusivas. Algumas mães procuram oferecer diversas justificativas para explicar o “mau comportamento” do filho. Características pessoais e/ou internas foi a categoria mais citada entre as mães para explicar o motivo dos filhos serem da forma que são. Esses achados podem indicar que este seja um das categorias mais significantes da representação em torno desses adolescentes.

Quando as mães consideram que existem certos atributos inerentes à personalidade dos adolescentes, é comum aparecerem nos relatos termos como: “mente ou cabeça fraca”, “defeito” ou “coisa que veio de dentro dele”, por exemplo. Aqui, esses atributos, tomados como valor de verdade, são capazes de prescrever ações, no nosso caso, práticas, podendo ser elas de caráter educativo ou de atenção à saúde.

O relato a seguir expressa bem essa preocupação das mães de que “distúrbios” de ordem interna são a causa dos seus dois filhos saírem do controle familiar.

*“Não sei, acho que é a mente fraca, sei não. Luciano vai mesmo porque gosta de rua. Luciano se não tiver Tubias ele vai sozinho. Se não tiver colega, se não tiver ninguém ele vai sozinho. Ele mesmo vai, se der vontade ele volta. Se não der, por lá mesmo ele fica. Tubias é o que tem a mente mais fraca. Bem não chamou, ele não pára para pensar um pouco que tem perigo, nem nada não. Agora Luciano é porque ele mesmo gosta. Luciano não tem jeito não. É dele mesmo, não tem jeito não. Você fala é assim e ele fala: eu vou e está acabado”. (Participante 1)*

Na maioria das vezes, esses relatos de que o filho possuía a “mente fraca” se baseiam na tentativa de justificar a possibilidade do filho ter algum distúrbio de ordem cognitiva, tais como a incapacidade de internalizar regras morais,

especificadas em não saber o que é certo ou o que é errado. A seguir, outro relato mostra como é comum as mães procurarem levar os filhos ao médico a fim de realizar exames para descobrir se o problema tem como causa algum transtorno psiquiátrico:

*“Rodrigo eu vou fazer algum exame nele para ver se ele tem algum problema. Ele é muito rebelde mesmo. Pode ser problema de cabeça, meio doido sei lá (...) Sei lá o que Rodrigo tem, o que passa na cabeça de Rodrigo. Uma hora ele está bom, de repente ele fica nervoso, qualquer hora ele briga”.*  
(Participante 2)

Já o próximo relato dá a possibilidade de compreender como uma mãe em seu discurso argumenta que o problema do seu filho é algo pessoal e que já nasceu com ele:

*“É diferente dos irmãos. A diferença entre os dois, um irmão certo, só é preguiçoso e esse já saiu errado, mas trabalhador e educado. Ele é diferente, não sei por quê. Ah, ele é diferente, por que ele nasceu com esse defeito? Tipo assim, de mexer nas coisas dos outros, de fugir de casa? Isso aí já veio dele, porque uma criança que já começa a te dar trabalho, se começar a dar trabalho quando é adolescente é uma coisa, ele começou a me dar trabalho desde tempo da creche, desde os quatro anos de idade. Aí na creche ele já aconteceu a reclamação dentro da creche mesmo”.* (Participante 6)

Sendo esse elemento um dos atributos definidores da representação desse adolescente, temos que, pelo fato deste ter nascido com esse traço de personalidade inerente à sua pessoa, poderia ser mais que esperado que fugisse ao controle dos pais. Dessa forma, as práticas educativas desenvolvidas pelas mães, fossem elas quais fossem, tenderiam a falhar no caso desse filho, não existindo muito a ser feito para a prevenção dessa problemática.

Ao considerarem que um dos principais motivos que leva o adolescente a cometer tais atos esteja no próprio adolescente, as mães poderiam se isentar, em parte, da sua responsabilidade nessa questão, resguardando deste modo, a representação de boa mãe e os valores aí associados: de que foram boas mães, supridoras das necessidades de atenção, carinho, alimentação e cuidados domésticos. Ao justificar o problema através de causas internas localizadas no filho, as mães estariam afastando, dessa forma, a possibilidade de se colocarem em posição de culpadas, na qual o seu papel de mãe possa ser posto em questionamento.

Entretanto, salientamos que não estamos aqui avaliando a postura dessas mães junto à educação dos seus filhos, mas apenas discutindo e repensando a maneira pela qual estas representam e compreendem o problema de seus filhos e suas ações para educá-lo.

Afastando de si a responsabilidade direta pelo problema dos filhos, estas mães são capazes de manter estável a representação da maternidade e de boa mãe, podendo ainda reforçá-la em sua prática ao procurar ajudar o filho em quaisquer circunstâncias. Para que esta análise se faça possível é necessário considerarmos que, na verdade, não estamos diante de uma representação isolada desses adolescentes, mas de um sistema de representações, onde estão imbricadas outras representações e práticas sociais.

Aqui, diversas representações e práticas se interligam a partir de um *enjeux* social para dar sentido e guiar as condutas desses atores sociais. Assim, a representação do adolescente que apresenta problemas se interliga à representação da maternidade, de filho, família, modelo educacional, bem como a

noção de que o meio social exterior à família é potencialmente perigoso (Da Matta, 1997). Esta última é objetivada através das amizades e do meio externo, capazes de levar os filhos para o mau caminho.

A segunda categoria encontrada é influenciável explicada pela representação do adolescente atendido pelo Conselho Tutelar foi exatamente essa: Amizade/meio externo. Geralmente, as mães aqui entrevistadas também atribuem à influência das más amizades um dos possíveis motivos que levaram seus filhos para a rua ou para o tráfico de drogas. Um fator importante é que estas também reportam os traficantes de drogas como sendo os aliciadores de muitas crianças, na idade de seus filhos, que moram no morro.

Na maioria dos casos observados durante a situação de entrevista, as mães relatavam que os maiores problemas enfrentados com o filho diz respeito ao uso de drogas. Estas abaixavam o tom de voz ou pediam para que o que elas iriam dizer não fosse registrado, uma vez que os próprios traficantes que vendiam droga para o filho eram seus vizinhos ou pessoas muito próximas a ela.

As mães relatavam ainda que seus filhos foram aliciados pelos traficantes, na própria vizinhança, para vender droga na escola onde estudavam ou nos bairros de classe média e alta de Vitória enquanto ainda eram crianças. Todas essas falas eram seguidas de expressões de muito temor das mães, com receio de que elas ou seus filhos sofressem represálias ou algo mais grave por parte dos traficantes. A má companhia, freqüentemente, apareceu como o fator que levou o filho a trilhar esse caminho. Os dois relatos a seguir tipificam bem essa questão:

*"O problema dele é a companhia, porque se está junto, o que um faz todos querem fazer e aí vai desse jeito. Se ele fosse uma criança sozinho ele não agiria desse jeito que ele age. Se ele fosse uma criança que não vivesse com*

*as outras crianças, ele não agiria da forma que age, ele seria melhor*". (Participante 4)

*"Só que depois que ele se juntou para trabalhar com esses homens aí foi que ele ficou assim. Mas realmente não tem conselho que tome, então realmente é por causa das amizades mesmo"*. (Participante 11)

Mesmo aqueles que são criados dentro de casa a maior parte do tempo também não escapam da influência das más amizades e do meio. A seguir, temos o relato de uma mãe que teve que buscar o seu filho na rua após este ter fugido algumas vezes, segundo ela, por influência de um sobrinho da mesma idade da criança que foi morar com eles:

*"Foram os colegas, foi o primo dele, o Ramiro. Hoje tem um mês que eu peguei ele nas ruas, fui lá buscar ele. Ele veio, está bom, está saindo, está direitinho"*. (Participante 2)

As más amizades são apontadas como um dos principais fatores que levam os jovens e seguirem caminhos considerados ilícitos. Numa pesquisa realizada por Aléssio e Santos (2005), as autoras apontam que um dos maiores problemas enfrentados pelos pais de classe média do Grande Recife consistia nas más amizades dos filhos. Contudo, uma ressalva aqui deve ser feita, de que nem todos os problemas enfrentados pelos pais da pesquisa acima citada são os mesmos dos da periferia, mas a preocupação do envolvimento com as drogas, a prática de crimes ou a gravidez é algo compartilhado entre esses pais.

A crença de que o adolescente é potencialmente influenciável pelo meio também é um elemento que está ligado a concepção da má companhia, necessitando assim de cuidados e atenção especial. Na compreensão das mães,

essa parece ser, muitas vezes, a causa que leva seus filhos a irem para as ruas ou consumirem drogas.

*“Depois que eu vim morar aqui embaixo foi que ele se juntou com outros amigos da vizinha aqui do lado, passou a ir para a rua. Passou a dormir na rua, usar tiner. Tudo quanto é tipo de droga ele passou a usar”.* (Participante 3)

Durante muito tempo acreditava-se que os pais eram os únicos responsáveis pelo processo de mediatização das normas e valores. Os grupos de pares das crianças eram, até então, quando considerados, vistos como secundários diante do poder conferido aos pais na educação dos filhos. Quando as crianças ou adolescentes fazem algo de errado fora de casa os pais, muitas vezes, são considerados culpados por essa situação, pois os filhos são tidos como “não-socializados” (Harris, 1995).

Para as mães, a justificativa de que o seu filho mudou de comportamento após irem morar numa nova comunidade corrobora o que aponta Harris (1995) ao considerar o papel dos pares como decisivo na formação de crianças e adolescentes. A mesma autora nos faz o seguinte questionamento:

*“Por que tantas crianças nesses bairros se evadem da escola, engravidam e cometem crimes? É por que não têm pai? Essa é uma explicação popular (...). Os bairros têm culturas diferentes e as culturas tendem a se auto perpetuar; elas passam do grupo de pares dos pais para o grupo de pares das crianças. O meio através dos quais as culturas são passadas não pode ser a família, porque se você tirar uma família de um bairro e colocá-la num outro lugar qualquer, o comportamento das crianças mudará para se adequar ao dos seus pares do novo bairro”.* (Harris, 1985, p.381-382)

É importante notar aqui que as causas mencionadas que levam o adolescente a fugir do controle sempre são exteriores à mãe ou às figuras que participaram mais ativamente na educação desses jovens. Apesar de reconhecerem as dificuldades que passam em educar os filhos, as mães se reconhecem nesse processo como sendo eficazes no desempenho de seu papel enquanto educadora e transmissora de normas e valores sociais. Uma vez que, conforme visto, julgar tais ações como insuficientes ou ineficazes, abriria espaço para discutir a representação de boa mãe, representação esta que é de grande importância para a manutenção de seu papel social.

A terceira categoria da representação do adolescente com problemas foi questões familiares expressadas pela falta de controle. Aqui aparecem temas relativos à criação dos filhos, tais como excesso de “dengo” na educação, ausência dos pais e questões de hereditariedade.

A Psicologia do Desenvolvimento conta com numerosos estudos a respeito da importância da interação parental e das práticas educativas utilizadas pelos pais sobre o desenvolvimento de crianças e adolescentes (Alvarenga, & Piccinini, 2001; Bolsoni-Silva & Marturano, 2002; Skinner, 1976, 1976; Weber, Viezzer & Bradenbrug, 2004). As práticas educativas, nestas perspectivas, referiam-se às estratégias utilizadas pelos pais para atingir objetivos específicos em diferentes domínios (acadêmico, social, afetivo) sob determinadas circunstâncias e contextos. O uso de explicações, de punições e recompensas constitui exemplos dessas práticas (Cecconello, Antoni & Koller, 2003).

A não utilização da força física na educação das crianças por pais e cuidadores é fruto de mudanças nas relações intra familiares ocorridas com o



processo de modernização societária pelo qual o Brasil passou a partir das décadas de 40 e 50 aponta que neste período houve nos setores médios da sociedade brasileira, a substituição do modelo anterior de família hierárquica pelo modelo de família igualitária, prevalecendo a concepção de igualdade acima das diferenças, embasada na valorização do indivíduo enquanto tal. As noções antes bem delineadas do que era certo e errado perderam seu valor, prevalecendo a pluralidade de escolhas cuja única limitação é a individualidade do outro, Caldana (1995).

Entretanto, a mesma autora salienta ainda que esta mudança não se operou sem dificuldades, gerando angústia e conflitos entre os dois modelos. Como resultado, percebemos que ainda persiste, por exemplo, a prática da punição da criança no contexto familiar, justificada, muitas vezes, como uma prática educativa. Ao não se utilizar com freqüência dessa prática por não ser valorizada, as mães passam a crer que o excesso de “dengo” ou a não punição da criança com castigos físicos no momento em que esta fazia algo de errado, associado às questões internas das crianças, poderiam ter atrapalhado a educação desses filhos.

*“Acho que ele foi muito mimado, sei lá. Ele era muito carinhoso, muito bonzinho. Acho que eu dei muito dengo, ele era só um menino, só tinha ele de menino e todo mundo ficava dando dengo a ele até grande”. (Participante 2)*

*“A relação dele na família, o meu pai passava muito a mão na cabeça dele. Então ele ia e aprontava, o meu pai ia, ele fugia de casa e o meu pai dava comida, acabava me atrapalhando na educação dele, você entendeu?” (Participante 6)*

Quanto à ausência dos pais, é comum encontrarmos nas teorias de cunho psicológico, como a de base psicanalítica, por exemplo, referências aos possíveis danos causados pela ausência da figura paterna durante o desenvolvimento infantil. As mães entrevistadas, apesar de citarem a ausência paterna, e é importante assinalar que foi um argumento bastante evocado, não parecem acreditar nessa justificativa. Ao que nos parece, essas mães ouvem, talvez dos próprios técnicos, que a ausência do pai pode ter motivado os problemas do filho, mas não aceitam integralmente esse argumento por causa de suas experiências pessoais. Um trecho de uma entrevista é capaz de exemplificar essa questão:

*“Sei lá, ou às vezes pode ser revolta também por ter sido criado sem pai. Mas isso não, porque eu também fui criada sem mãe e nem por isso eu cresci revoltada, uma parte e em outra não. Eu não sei te dizer”.* (Participante 6)

Contudo, mesmo argumentando que não acreditam nessas idéias apresentadas pelas pessoas próximas a elas, essas mães, freqüentemente, em seus discursos levantam essa questão, o que nos faz pensar que esses conteúdos se fazem presentes em suas representações de *filhos que dão problemas*.

A atribuição de causalidade à consangüinidade também apareceu na categoria *questões familiares*. Quando se referiam aos possíveis problemas que poderiam ter levado o filho a ser daquela forma, o “sangue ruim” do pai costumava ser evocado. Na representação dessas mães, o que parece acontecer é que certos comportamentos e atitudes dos adolescentes, como a “propensão a ir para a rua” ou não querer obedecer aos mais velhos, seria decorrente de uma herança genética herdada do lado paterno.

*“Eu não sei por que ele é assim. Mas a família do pai dele, por exemplo, o pai dele e o tio não eram muito certos. O pai consertou lógico. Hoje o pai dele é uma pessoa certa, mas o pai na época não era uma pessoa certa e o tio também não. Às vezes, eu me perguntava: será que não puxou? Porque se na família não existe. Sei lá, ou às vezes pode ser revolta também por ter sido criado sem pai. Mas isso não, porque eu também fui criada sem mãe e nem por isso eu cresci revoltada, uma parte e em outra não. Eu não sei te dizer”.*  
(Participante 6)

Joffe (2003), em seu trabalho sobre a representação do surgimento da Aids entre os ingleses e sul-africanos, mostrou como esses dois povos atribuem o surgimento da doença à figura do outro, sempre recheados de elementos de cunho negativista. Trindade (1991), ao verificar as representações de paternidade e maternidade no processo de aconselhamento genético, também encontrou resultados semelhantes. As mães atribuíam as causas da doença dos filhos ao lado paterno, justificando que na família do companheiro havia diversos casos de outras doenças e vícios que não o apresentado pelo filho, mas o simples fato da família do outro apresentar esses problemas já seria uma justificativa para crer que ele não teria uma carga genética boa, ao contrário dela.

No caso das nossas mães entrevistadas, encontramos resultados semelhantes que corroboram os achados de Trindade (1991). Ao atribuir a causa a fatores genéticos, essas mães estariam atribuindo os motivos que levaram seus filhos a apresentarem problemas ao pai, afastando de si todos os atributos negativos que envolvem o desenvolvimento do problema que esse filho traz para a família, lançando-os para uma figura exterior, que não se fez presente nas ações educativas desse jovem.

O fato do filho não acatar mais as ordens impostas pelas mães ou cuidadores próximos é outro elemento da representação das mães sobre esses filhos que dão problemas. Entretanto, as mães argumentam que sempre procuraram educá-los, mas estes se recusaram a aceitar as normas por elas passadas.

*“Depende muito também da criança, né? Porque as crianças de hoje em dia não escutam mais ninguém. Por mais que você fala, isso não está certo. Aí é que eles vão para o lado errado”.* (Participante 1)

Ao nos determos com mais atenção nos elementos da representação, percebemos que estes se ligam de modo a formar um conhecimento coeso, organizado e partilhado por essas mães. Para elas, os filhos não obedecem porque depende deles aceitarem as regras, e o que os estaria motivando a cometer atos ilícitos e a não aceitar o conselho dos pais seriam questões psicológicas ou de determinismo biológico. Pelo fato de terem nascido dessa forma e com tais atributos, estes filhos, e não os outros, apresentam como resposta uma propensão a não aceitarem os limites passados pelas mães, por exemplo.

Por fim, temos necessidade de consumo e as questões religiosas como categorias de explicação dos elementos da representação do adolescente com problemas. Explicações de cunho mágico-religioso não poderiam ficar de fora como uma forma de explicar a realidade que cercam as mães, uma vez que a maioria delas diz ser protestante, de igrejas pentecostais e neo-pentecostais. Aqui, essas explicações estão situadas em torno de um “encosto”, espíritos ou entidades místicas que se apossaram do adolescente e o levaram a ir para a rua.

Abaixo, temos um trecho da entrevista em que a mãe detalha como se dá esse processo de apoderamento do corpo e da consciência do seu filho e como se deu a descoberta:

*“O que leva ele a fazer isso foi um encosto. Já foi revelado isso na Igreja. É um encosto mesmo que ele tem. Eles falaram que é um negócio familiar. Porque o pai do meu pai sumiu também assim que ninguém sabe dar notícia, o meu pai também sumiu que ninguém sabe dar notícia e agora foi o Rodrigo que estava sumindo. Eu já sei o que isso é. Mas agora ele já está liberto. Agora não tem mais não”. (Participante 2)*

A participante 11 também atribui às questões espirituais o motivo do filho estar agindo dessa maneira nos últimos tempos:

*“Às vezes, eu vou falar a verdade, ele faz essas coisas assim não é por querer dele, como eu já sei, sabe. Como eu já sei. Na minha revelação o Senhor já me preparou, porque ele é uma criança, ele não merece sofrer e ele não tem pecado”. (Participante 11)*

Essa atribuição das causas a diferentes motivos apresentadas algumas vezes por uma única mãe são interessantes do ponto de vista teórico, pois são capazes de mostrar o sincretismo explicativo. As justificativas empregadas pelas mães são múltiplas e contemplam as mais diversas esferas explicativas, aparentando ser às vezes contraditórias, mas quase todas elas conservam algo em comum – afastam a responsabilidade da mãe.

Assim vemos como a abordagem estrutural das representações sociais sustenta aqui como um arcabouço teórico capaz de explicar essa aparente contradição. Ao tomarmos uma representação como um conjunto de significados organizados em torno de uma estrutura resistente a mudanças e outro formado

por uma categoria de elementos que se adapta facilmente às alterações cotidianas do contexto social imediato, sendo então, adaptável a cada situação Abric (1994). Por estarem ligadas ao contexto imediato e situacional, essas mães são capazes de empregar diferentes justificativas que se adaptam facilmente ao meio, como problemas internos, hereditariedade, religiosidade ou necessidade de bens de consumo, tópico a ser discutido adiante, visando afastar possíveis questionamentos que venham a pôr em ameaça os elementos de significado do núcleo central.

A passagem da justificativa de elementos de ordem espiritual para as coisas materiais (quinta categoria) se dá através da necessidade de obtenção de objetos socialmente valorizados ou da própria droga, por exemplo, os quais, segundo as mães, constituem fortes motivos para os adolescentes irem para a rua. O trecho a seguir ilustra bem essa questão:

*“Eu não sei o que é que leva ele a fazer isso não. Mas muitos colocam assim, a facilidade dele estar na rua, porque na rua tem facilidade dele arrumar dinheiro né? Então arruma dinheiro, compra a droga, compra o tiner, se junta com os outros, aí um dá a metade o outro dá metade para comprar. Aí lá eles vão usando as drogas e quando ele resolve, vem para casa”. (Participante 3)*

Por não encontrarem em casa a possibilidade de obtenção da droga após estarem viciados, não resta saída para esse adolescente a não ser a narrada pela mãe de procurar meios de conseguir a droga fora de casa, como pedir esmolas, tomar conta ou lavar carros, ou ainda, a prática de pequenos furtos, por exemplo. Já para outra mãe, a necessidade de consumo do filho não estaria na droga, mas na obtenção de objetos de valor para o adolescente: *tênis, celular, roupas de grife, óculos escuros, bonés, etc.*

*“Olha para educar um filho hoje no momento eu acho que depende não só da mãe está falando, explicando. A situação financeira também ajuda bastante, porque no caso do Max mesmo, às vezes ele pede um tênis, isso ou aquilo e eu não tenho condições de dar e ele fala: Ah, porque eu vou vigiar carro, vou fazer isso, vou fazer aquilo. Então se fosse da minha livre e espontânea vontade ele não faria, entendeu? Então eu acho que muitas vezes a condição financeira tem aquela parcela de culpa da gente não poder dar aquela educação, aquela coisa, porque eu vejo do contrário de muitas famílias que tem por aí, que sempre que podem na medida do possível, precisa de uma roupa, de um calçado ou alguma coisa e os pais têm condições de dar, que nem eu tenho experiência com até alguns vizinhos mesmo, estuda melhor, pensa diferente”. (Participante 9)*

O elemento da representação de buscar na rua uma forma de obtenção de bens corrobora os achados de Santana, Doninnelli, Frosi e Koller (2005), pois segundo as autoras:

*“O ganho financeiro obtido nas ruas é uma das questões mais difíceis de ser discutida e avaliada quando se estuda a realidade dos adolescentes em situação de rua. Afinal esta é uma das razões que motivam os adolescentes a preferirem a rua a outros ambientes. A atual situação econômica do país faz com que um número expressivo de famílias sobreviva abaixo da linha da miséria, tornando atraente a possibilidade de conseguir diariamente ganhos significativos através da mendicância e outras atividades, algumas vezes ilícitas. Estes valores são utilizados para a aquisição de alimentos, vestimentas, drogas e financiamento de atividades lúdicas, tais como, fliperamas e vídeo games”. (Santana e cols, 2005, p. 137).*

Entretanto, apesar de aceitarem que todos esses elementos contribuem para a perda do controle dos filhos, as mães, como veremos mais adiante, nas suas práticas educativas visam, na medida do possível, a resolução de tais problemas. Ao atacar as causas procurando uma igreja para resolver o problema

do encosto, levando o filho ao médico para fazer exames a fim de verificar um possível transtorno mental, estas demonstram que ainda realizam certo investimento nos filhos e que ainda não desistiram de lutar para que suas práticas sejam mais eficazes. A busca pelo Conselho seria uma dessas alternativas, algumas vezes, desesperadas, de tirarem seus filhos da rua e do mundo das drogas.

### **Práticas Educativas nos primeiros anos de vida**

Com relação às práticas educativas desenvolvidas pelas mães visando a educação dos filhos, estas parecem centradas em torno de algumas ações como: *incentivar a ida à escola e o estudo; conversar/aconselhar; transmitir valores morais; dar carinho; procurar tratar todos os filhos da mesma forma; práticas punitivas*. Ter *condições financeiras* aparece como uma das condições procuradas pelas mães na educação dos filhos.

A busca de escolarização para os filhos foi algo bastante recorrente nas entrevistas. O argumento da necessidade da escolarização era sempre defendido como uma prática preventiva contra a entrada no mundo das drogas ou do crime. Para essas mães, antes o filho estar na escola a ficar na rua, exposto às mais diversas formas de agressões, perambulando o dia inteiro pelo morro ou entrando em contato com bandidos, usuários de drogas ou ainda, fazendo pequenos serviços para traficantes. A participante 2, por exemplo, argumenta que sempre procurou educar o filho levando-o para a escola, reduzindo o seu ciclo de amizades aos amigos da escola e do clube de futebol como uma forma de



prevenir que este andasse com as outras crianças da comunidade, ficando exposto aos mais diversos tipos de riscos e situações.

*“Eu dei uma das melhores educações que eu podia. Ensinei a ir para a escola, para a igreja, futebol. Ele quase não tinha amigo não, só na escola e no futebol, quando ele ia, essas coisas assim”. (Participante 2)*

*“Eles cresceram normal. Procurei dar carinho, coloquei eles para ir para a escola, para não fazer as coisas que não prestam na rua”. (Participante 7)*

As faltas freqüentes e saídas dos filhos antes do horário final da escola, além de repetências e dependências nas disciplinas, podem ter como causa esse interesse em mantê-lo na escola apenas para não ficar à toa pela rua, em detrimento do processo de escolarização propriamente dito. Pode ocorrer, nesse caso, uma diferença de pontos de vista com respeito à instituição por parte das mães e dos filhos. Para as mães a escola é um bem de valor positivo, pois os filhos estariam seguros, num espaço reservado para eles e sob a tutela de adultos (professores e demais profissionais da instituição), responsáveis por transmitir as normas e valores sociais aceitos, impedindo-os de estarem na rua, expostos aos perigos inerentes a esse espaço, desprovidos de um tutor adulto. Para os filhos a concepção seria justamente a inversa. A escola teria um atributo negativo, pois os estaria impedindo de desfrutar os atrativos que a rua oferece. Esta relação seria semelhante à fábula “As aventuras de Pinocchio” de Carlo Collodi. Para os pais a escola seria um bem para o filho, pois este aprenderia normas e valores e conteria assim, atributos indesejáveis, tais como ser genioso, desobediente, etc.; enquanto que, para os filhos, a rua é o espaço principal para a sociabilidade, onde

têm liberdade para se divertir, ficar à toa e adquirir conhecimentos e normas sociais valorizados por seus pares.

Outro relato das mães a respeito das suas práticas na educação dos filhos diz respeito ao diálogo e aos conselhos, tão defendidos nos dias de hoje. Ceconello, Antoni e Koller (2003) apontam que, dentre as diversas modalidades de ensino, a disciplina indutiva envolveria práticas educativas que comunicariam à criança o desejo dos pais de que ela modifique seu comportamento, induzindo-a dessa forma a obedecer-lhes. Ainda segundo as autoras:

*“Esta estratégia disciplinar caracteriza-se por direcionar a atenção da criança para as conseqüências de seu comportamento às outras pessoas e para as demandas lógicas da situação, ao invés das conseqüências punitivas para ela mesma. Práticas deste tipo envolvem explicações sobre as conseqüências do comportamento da criança, explicações sobre regras, princípios, valores, advertências morais, apelos ao orgulho da criança e ao amor que ela sente pelos pais, explicações sobre as possíveis implicações maléficas ou dolorosas das ações da criança para os outros e para si e sobre o seu relacionamento com as outras pessoas.”* (Ceconello; Antoni & Koller, 2003, p. 47)

A idéia de se conversar e procurar resolver os problemas e as queixas trazidas pelos filhos se sobressai ao uso da força ou de práticas punitivas, práticas não valorizadas hoje em dia e que têm a sua utilização pouco relatada pelas mães. A participante 10, por exemplo, deixa bastante evidente como procurou educar o filho:

*“Eu acho assim que a gente não precisa bater sentar o cacete. Precisa conversar e dizer que é assim meu filho, que esse caminho não é bom, que esse caminho não presta. Então é melhor você escutar logo agora porque depois vai ser mais difícil. Porque eu não tenho o costume de bater”.*  
(Participante 10)

Vários outros relatos também mostram essa preocupação das mães em procurar aconselhar os filhos sobre o melhor caminho a seguir, além dos possíveis malefícios que poderiam vir a acontecer caso ele continuasse a seguir o caminho não aceito pelas mães.

*“Eu conversava com ele normalmente igual a toda mãe conversa, explicava a ele que a rua não presta. Mesmo assim ele saía, falava que ia ali. Esse ali já era”.* (Participante 1)

*“Não, não tem nada de mal que eu fiz para ele, só bem para ele. Conselho, tudo o que eu fiz para ele é para o bem dele. A mesma coisa que eu faço para ele, conversar, dar conselho, dar tudo o que ele precisar”.* (Participante 5)

A transmissão de valores morais se apresenta como uma prática educativa bastante desenvolvida por essas mães. Camino, Camino e Moraes (2003) consideram que a transmissão dos valores morais constitui uma importante etapa do desenvolvimento infantil, desenvolvida através de técnicas de controle parental dadas durante os processos socializatórios iniciais. Essas técnicas também são desenvolvidas pelas mães entrevistadas como podemos ver abaixo:

*“Como na minha família inteira somos de pessoas humildes, então eu procurei criar meus filhos assim, ensinando o que pode o que não pode os perigos da rua, o que é que a rua oferece”.* (Participante 9)

*“Procurei educar de forma normal. Dizendo que é certo é certo, o que é errado. Todo mundo conversava com ele normal, mostrava o lado bom e o lado ruim”.* (Participante 1)

O fato das mães terem procurado relatar tantas vezes que procuraram passar valores morais para seus filhos pode ser devido a duas questões: a primeira seria pelo fato destes estarem perambulando pelas ruas, já estarem em situação de rua ou serem usuários de drogas, levando, desse modo, as mães a argumentarem que procuraram passar sempre o melhor para os filhos. Na verdade, essa se constituiria numa tentativa de justificar o fato de que se eles hoje estão agindo dessa forma, não foi por culpa delas, que procuraram ensinar o que é aceito como o certo dentro das normas sociais atuais. A segunda possibilidade dessas respostas é que se espera que os familiares, durante o processo socializatório, procurem mostrar o que é bom e o que é ruim. Entretanto, se estes adolescentes não põem em prática as normas e valores passados pelos familiares e cuidadores, talvez seja porque esses ensinamentos passados não sejam valorizados ou de utilidade entre os seus grupos de pertença (Harris, 1995).

Outra prática educativa apontada pelas mães diz respeito ao carinho/afeto. Novamente aqui elementos da representação de maternagem se ligam às práticas educativas. A prática de se criar os filhos com amor incondicional e cercando-os de mimos se apresenta aqui:

*“Acho que ele foi muito mimado, sei lá. Ele era muito carinhoso, muito bonzinho. Acho que eu dei muito denço, ele era só um menino, só tinha ele de menino e todo mundo ficava dando denço a ele até grande”. (Participante 2)*

A preferência em dar carinho, muitas vezes, é realizada em detrimento de práticas punitivas:

*“Dar um pouco de carinho, chamar a atenção também, né? Não batendo, porque eu não gosto de bater nos meninos, mas dar castigo”. (Participante 2)*

Criar todos os filhos da mesma forma também foi uma prática educativa desenvolvida por essas mães.

*“Ele cresceu igual aos outros, do mesmo jeito que eu cuido de um eu cuidava dele também, sem distinção de diferença, por igual. Com amor, com carinho, explicando o que é a vida né? Dessa forma eu continuo educando até hoje”.*

(Participante 4)

*“Toda a educação que eu dou para os filhos ele teve, a mesma coisa. Não teve diferença nenhuma. Mesma coisa, conselho que eu dava aos outros eu dava a ele, o colégio que os meus filhos estudaram ele estudou também, a roupa, o remédio, o médico, os cartões de vacina é tudo do mesmo jeito, não teve diferença nenhuma”.* (Participante 5)

*“O que eu faço é, de manhã, se eu compro pão para os meninos que estão em casa, se ele não está em casa, pego o pão e guardo para ele, o café, se ele diz que não quer pão e quer biscoito, eu dou o dinheiro e mando ele comprar o biscoito. Os outros são a mesma coisa. Se eu não posso comprar um tênis para um, eu não dou para nenhum. Se eu não puder trazer alguma coisa para ele para os outros eu também não trago. Trazer para todos ou não trazer para nenhum, eu sou desse jeito. Mesma coisa que eu crio os outros eu crio ele, não tem diferença”.* (Participante 5)

Ao relatarem que procuraram educar todos os filhos da mesma forma, estas mães estariam reforçando as representações de maternagem e de boa mãe. Ao relatar que amam todos os filhos de modo incondicional e semelhante, procuram justificar que se os filhos começaram a dar problemas ou estão se comportando da maneira como estão hoje, não foi por receberem uma educação falha ou inadequada. Se elas educaram todos os filhos da mesma forma e apenas um fugiu ao seu controle, o problema estaria no filho e não no processo educativo,

uma vez que a maioria não seguiu pelo caminho trilhado pelo filho atendido pelo Conselho Tutelar.

As práticas punitivas, como colocar de castigo e obrigar o filho a ficar em casa, foram os itens que apresentaram menores frequências durante as entrevistas. Utilizar-se do castigo como uma estratégia educativa aparentou ser, para algumas mães, o último recurso quando os filhos não ouvem os conselhos. Seria pelo uso da força e da coerção que essas mães estariam procurando educar os seus filhos. No relato a seguir, a participante 1, argumenta que não deve tratar com muito carinho e atenção um filho que não procurou obedecer e seguir os conselhos da mãe, pois como esta afirma:

*“Pode dá mordomia a quem está preso não, porque se você der mordomia, tratar bem. Ah, minha mãe me trata bem, amanhã volta de novo para fazer à mesma coisa. Então você tem que tratar para ele sentir. Poxa, eu não vou mais fazer isso porque a minha mãe não me tratou bem dessa vez”.*  
(Participante 1)

*“Desde a primeira vez que Tubias foi para a rua. Eu trouxe ele, bati nele, briguei com ele no outro dia eu levei lá”.* (Participante 1)

Ao que nos parece, a concepção que as mães possuem das suas práticas está mais alojada em práticas conciliatórias, como o diálogo, passar carinho e afeto, por exemplo, práticas estas atualmente mais valorizadas em nossa sociedade, conforme salientam Harris (1995) e Cecconello, Antoni e Koller (2003).

A grande preocupação das mães em criar os seus filhos dentro de casa justifica-se pelo cotidiano de violência vivido pelos moradores dos morros e favelas de Vitória. Durante as visitas aos domicílios para realização das entrevistas era comum se deparar com situações de tiroteios entre traficantes no

alto do morro, balas perdidas entre os becos, ou presenciar a chegada da Polícia Militar com arma em punho revistando as pessoas em volta. Nada mais justo que a preocupação das mães em não querer que seus filhos passem muito tempo na rua, meio realmente ameaçador.

*“Eu não gosto. O meu tem que ficar em casa, mais seguro. Tem que ser igual a mim, em casa. Rodrigo foi criado assim, só saía comigo. Ia só à casa das tias no final de semana se eu fosse. Não deixava não”.* (Participante 2)

Por outro lado, a preocupação das mães em oferecer condições financeiras adequadas apareceu como sendo um dos elementos que estas procuraram oferecer aos filhos durante a sua criação. Essas condições aparecem objetivadas em dar um teto, roupa limpa e comida, como podemos perceber no trecho abaixo:

*“Porque o que eu posso fazer eu faço, dou a roupa limpa, cozinho, entendeu? Insisto para ele ir para a escola. Só que levar ele e colocar dentro da escola eu não vou fazer isso. Porque eu não vou? Porque não vai adiantar”.* (Participante 3)

Apesar da dificuldade das mães em poder oferecer algo melhor além da vestimenta e alimentação, estas consideram que certos bens de consumo que não podem ser oferecidos, mas que são desejados pelos filhos, são necessários para educação. Caso elas pudessem oferecer tênis novos, celulares e roupas de grife para os adolescentes, a criação seguiria de modo mais fácil para estas. Os filhos não teriam vergonha de ir à escola por ter apenas sandálias, ou não iriam para rua para ganhar dinheiro e obter esses bens, se envolvendo em pequenos furtos ou com o tráfico de drogas. Um trecho do depoimento da participante 9 mostra como essa questão é importante:

*“Então eu acho que muitas vezes a condição financeira tem aquela parcela de culpa da gente não poder dar aquela educação, aquela coisa, porque eu vejo do contrário de muitas famílias que tem por aí, que sempre que podem na medida do possível, precisa de uma roupa, de um calçado ou alguma coisa e os pais têm condições de dar, que nem eu tenho experiência com até alguns vizinhos mesmo, estudam melhor, pensa diferente”. (Participante 9)*

Ao que parece, a cultura do consumo interfere nas práticas educativas aqui discutidas. A adolescência, enquanto uma etapa do desenvolvimento humano é concebida, muitas vezes, como uma fase efêmera. A necessidade de bens de consumo é comumente associada a essa fase. Sabemos ainda que o setor de produtos e serviços ambiciona cada vez mais essa fatia de mercado, lançando produtos exclusivos para jovens e adolescentes. Todo esse bombardeio de informações veiculadas pelos meios de propaganda, associado ao desejo dos filhos em obter esses bens socialmente valorizados, já está sendo incorporado pelas mães na avaliação das práticas educativas como sendo um recurso a ser utilizado. Da mesma forma que dar carinho e procurar educar todos os filhos da mesma maneira, elementos esses que já fazem parte da representação de ser mãe e que se cruza aqui com a representação do que é preciso para se educar um filho.



## **Problemas enfrentados na criação**

Quando indagadas sobre os maiores problemas enfrentados na criação dos filhos, as mães responderam que ir para a rua, fazer uso de drogas, fugirem de casa, brigar e receber reclamações de vizinhos constituem os maiores dilemas. É importante ressaltar que muitos filhos começaram a apresentar problemas quanto à educação para as mães quando ainda crianças e não durante a adolescência. Durante as entrevistas, freqüentemente as mães apontam que com seis, sete ou oito anos, os filhos já apresentavam os mesmos problemas enfrentados hoje na adolescência.

As maiores preocupações das mães realmente são do filho estar perambulando pelas ruas, guardando carros, pedindo esmolas, andando com más companhias ou praticando pequenos furtos. Das mães que se referiram a esses problemas, apenas uma afirmou que no início da noite o filho retornava para casa, enquanto os demais passavam dias, semanas ou até meses sem irem para casa. Esses achados encontram-se de acordo com a literatura. A pesquisa realizada por Santana e cols. (2005) em Porto Alegre, aponta que a manutenção do contato com a família foi identificada na maioria dos adolescentes, embora com grandes variações na freqüência.

O que as pesquisadoras encontraram em Porto Alegre sobre o que levaria o adolescente à rua e sobre suas relações familiares se assemelha aos resultados encontrados neste estudo em Vitória-ES.

*“As relações que são estabelecidas entre estes meninos e suas famílias merecem uma atenção especial. Em geral, o contato é reduzido e, muitas vezes, as razões que motivaram a ida do adolescente para a rua estão relacionadas à ocorrência de problemas familiares (...) privação de recursos*

*financeiros, perda ou ausência de um dos genitores, etc.” (Santana e cols., 2005, p. 138).*

Durante as entrevistas, era bastante comum, quando iam se referir ao assunto, as mães procurarem discutir as causas que levaram os filhos a trilhar esse caminho. Num primeiro momento, argumentavam que não sabiam o que levou o filho a estar em situação de rua ou o porquê dele não estar mais obedecendo ao controle familiar. O trecho abaixo, exemplifica bem essa questão:

*“Até agora eu não consegui identificar o porquê que ele vai para a rua! Quando eu pergunto ele mesmo fala: “eu não sei porquê. Vou embora, daqui a pouquinho eu volto.” (Participante 1)*

Esse primeiro momento de não saber explicar o que motivou o filho a seguir por aquele caminho e, conseqüentemente, dar problemas para a família foi perdendo força, ao longo da entrevista, para outro nível de argumentação. Na tentativa de dar conta desse problema, as mães recorriam às justificativas encontradas na representação de adolescentes que dão problema para explicar os motivos dele ser daquela forma.

Esta necessidade de explicar os motivos que levaram os filhos a darem trabalho na criação ocorre frente à necessidade de se ter um maior controle sobre um fenômeno novo e inexplicável, transformando-o em algo compreensível e familiar. Aqui reside um dos fundamentos da Teoria das Representações Sociais (TRS), que é o de tornar o estranho em familiar. É nesse processo de desenvolvimento e manutenção das representações sociais que as mães procuram ancorar a representação de problema de seus filhos em conhecimentos pré-existentes e compartilhados pelo grupo, nesse caso, a influência do meio

exterior à família, potencialmente nocivo e capaz de incutir valores sociais moralmente inaceitáveis e diferentes daqueles passados pelos familiares.

O que levou as mães a ancorarem a representação do problema na rua não se dá pelo acaso. O cotidiano violento dos morros e favelas do município de Vitória, marcado pela prevalência do tráfico de drogas, tiroteios, brigas, discussões e assassinatos fazem com que haja uma tendência destas associarem os atributos negativos à rua e à própria comunidade, às experiências e representações anteriores. A violência encontrada nas ruas faz com que as mães compreenda que aquele espaço é ameaçador (Da Matta, 1997) para a sobrevivência dos filhos.

Sabemos ainda que as representações constituem um guia para ação e conduta dos sujeitos. Sendo assim, estes atores sociais se comportam frente à realidade que os cercam de acordo como esta se apresenta e é interpretada. Santos, Novelino e Nascimento (2001) consideram que *“A representação social funciona como um crivo de leitura do mundo, um prisma através do qual o indivíduo observa e compreende não só os fatos ao seu redor, mas também, a própria existência”*. Sendo potencialmente violento, nada mais justo que estas mães encarem como grande problema os filhos estarem envolvidos nesse meio, uma vez que estas vivenciam, em seu cotidiano, as experiências negativas daqueles que resolveram seguir por esse caminho.

O segundo processo de formação da representação, a objetivação, também é encontrado na representação das mães atendidas pelo Conselho Tutelar sobre os maiores problemas trazidos pelos filhos, aqui representadas pelas más amigas e os aliciadores no tráfico de drogas. Estas duas figuras,

segundo as mães, são as responsáveis por fazer essa passagem dos filhos do mundo de casa para o da rua. No trecho a seguir é possível perceber mais claramente como as mães vêem esse problema acontecer:

*“Depois de uma hora para outra ele virou a cabeça, de repente eu não sei por quê. Eu não sei quando foi esse momento. Nem eu sei explicar. Ele foi para a rua com João (o aliciador) um dia, aí eu fui buscar. No outro dia ele foi e dormiu na rua com outros meninos, que aquele João ali é que leva os meninos para a rua. Dali pra lá ele gostou de rua e não quis mais voltar”.*  
(Participante 1)

Ao que nos parece, a influência dos colegas se apresenta como um fator significativo no envolvimento do adolescente com o mundo da criminalidade. Para Harris (1995), essa preocupação faz sentido, uma vez que, segundo a autora, o grupo de pares exerce uma influência decisória na formação e escolhas das crianças. Os resultados da pesquisa parecem indicar este caminho explicativo como podemos perceber nos trechos logo abaixo:

*“Depois dos oito anos que ele começou a estudar ali no Arterval e daí ele começou a ir para a rua junto com os colegas. Aí estudou a primeira série, depois fez a segunda série lá também normal. Depois foi que ele resolveu ir para a rua de vez”.* (Participante 1)

*“Desde os dez anos que ele começou a se envolver com outras crianças, começou a ir junto para a rua e aí começou a acontecer isso, de uns dois anos mais ou menos para cá. Quando ele vai para a rua ele é de ir e vir para casa”.* (Participante 4)

Outro problema enfrentado pelas mães com relação à educação dos filhos diz respeito ao envolvimento destes com as drogas. O abuso no consumo de drogas é considerado, atualmente, como um problema de saúde pública de ordem

mundial. No contexto brasileiro encontramos alguns autores (Cotrin & Rosemberg, 1990; Cotrin & Carvalho, 1992; Carlini, Galduroóz & Noto, 2002) que tratam dessa questão. Segundo estes autores, o consumo de drogas tem início, geralmente, na fase escolar, mais especificamente na adolescência.

Numa pesquisa realizada por Carlini, Galdeiróoz e Noto (2001) sobre o uso de drogas entre os brasileiros, através do Centro Brasileiro de Informações acerca de Drogas Psicotrópicas – CEBRID, em 107 cidades brasileiras com mais de 200 mil habitantes, constatou-se que 6,9% das pessoas entrevistadas afirmaram terem feito uso da maconha pelo menos uma vez na vida. Destes, denota-se que 1,0% afirmaram serem dependentes da droga.

É no cotidiano dos morros e da periferia da Grande Vitória que ocorre o contato com as drogas mais baratas. Essas mães se deparam com filhos não só usuários ou dependentes de maconha, mas de tiner, cola e a mais perigosa de todas, o crack:

*“Eu penso só o pior. Eu não durmo de noite pensando que os meninos vão pegar e machucar ele. Ele pegar a droga dos outros e depois não pagar, porque os caras aqui em cima, eles já disseram que ele está devendo e os caras disseram que ele apanhou que é por causa de droga que ele está devendo”. (Participante 5)*

*“Isso aí aconteceu porque ele vendia peixe para esses homens aí de cima e dali para cá Abraão chegava muito doido dentro de casa. Abraão chegava muito doido dentro de casa. Só ia trabalhar, quando chegava era brigando, jogando pedra no meu barraco, quando ele chegava era diferente”. (Participante 11)*

Durante as entrevistas, as mães que se referiam à droga como sendo um dos problemas enfrentados na criação dos filhos, demonstravam bastante

apreensão ao tocar no assunto. “Os caras” a que a participante 5 se refere eram clientes do bar de onde a mesma tirava o sustento da família e estavam do lado de fora jogando bilhar na ocasião da entrevista. Os amigos do filho da participante 3, além de serem vizinhos da mesma, eram usuários de drogas e integrantes da rede de tráfico local, e os “homens” a que a participante 11 se refere eram os traficantes que lideravam a distribuição de drogas no morro.

Diante desta realidade, podemos perceber que mesmo não gostando das amizades do filho, as mães nada podem fazer por medo de que algo possa acontecer com elas ou com familiares próximos. Como estas mães mantêm um relacionamento próximo com aqueles que a responsabilizam por levar seus filhos a seguir um caminho não desejado, o resultado é que as práticas educativas empregadas na educação, muitas vezes não correspondem àquela vislumbrada como efetivamente capaz de prestar uma ajuda.

Além de estarem em situação de rua e consumindo drogas, encontramos outros elementos no relato das mães sobre os problemas trazidos pelos filhos, como as brigas constantes dentro de casa e na rua, reclamações de vizinhos, a queixa de que os filhos não as escutam e a prática de pequenos furtos. No relato abaixo verificamos como esse problema é visto por uma mãe:

*“Quando as pessoas vinham na minha porta falar, eu passava a mão nele e ia levar onde tivesse feito, onde tivesse vendido para ele dar conta para devolver, porque todo mundo sabe, graças a Deus, eu sou trabalhadora, dentro da minha casa nunca eu permiti dele entrar ou comprar com uma agulha sem saber de onde e porque ele comprou aquilo, com que, eu nunca permiti. (Participante 6)*

Já a prática educativa de não bater e não pôr o filho de castigo parece não surtir o efeito desejado, resolver as brigas e evitar reclamações de vizinhos.

*“Na família ele é um pouco ignorante, eu falo com ele, ele sai chutando. Às vezes é sair para um canto que eu vejo que não dá, se eu disser que não dá ele sai chorando, xingando ali e eu não bato nele, eu não deixo ele sujo, eu não deixo ele com fome e ele é assim”. (Participante 10)*

Ao que parece, estas práticas também devem estar ligadas à representação de adolescente que dá problema. Se estes relatos estiverem ancorados na crença de que o filho é assim por questões pessoais – herança genética ou “doenças dos nervos”, por exemplo, – o esperado é que as práticas educativas desenvolvidas pelas mães sejam influenciadas e/ou influenciem essas representações de adolescentes que dão problemas, e mais ainda, a dos motivos que levam o filho a agir daquela forma.

Deste modo, quando o filho chora diante de uma reclamação, como no caso acima, por exemplo, a prática da mãe em deixar ele de lado e não bater é duplamente compreensível. Caso a mãe atenda ao comportamento do filho com uma prática do diálogo, escuta e apoio, práticas essas valorizadas socialmente, estaria favorecendo assim a representação de boa mãe. Fortalecendo ainda mais as representações de maternagem, a compreensão das mães de que seus filhos estão passando por um momento difícil da vida ou que apresentam em sua estrutura psicológica algum problema faz com que estas passem a defendê-los e aceitar a situação, afinal de contas, como afirma o dito popular: “ser mãe é padecer no paraíso”.

No tópico a seguir, estaremos analisando as práticas desenvolvidas visando à resolução dos problemas enfrentados pelos filhos.

## **Práticas desenvolvidas visando a resolução do problema do filho**

Após verificarmos as representações das mães a respeito dos filhos, bem como as práticas educativas para a criação e o relato dos problemas trazidos pelos mesmos, chegamos, enfim, às práticas desenvolvidas visando à resolução dos problemas trazidos pelos filhos.

As práticas educativas descritas pelas mães a fim de solucionar os problemas consistem em: *tentar educar e dar exemplo; dialogar/dar conselho; levar para a escola; pedir ajuda a Deus; procurar ajuda externa; internar; deixar de lado.*

Dentro de a modalidade tentar educar e dar exemplo, encontramos algumas práticas educativas desenvolvidas na criação desses adolescentes quando pequenos que continuam a ser desenvolvidas pelas mães, tais como: *bater e colocar de castigo e tentar educar o filho através de ensinamentos morais.*

*“Eu acho que chamando, dando conselho, conversando, chamando a atenção, mostrando o que é bom e o que é ruim, sempre mantendo ele na escola antes de ser pior, de não poder mais controlar. Porque o daqui mesmo, eu fazendo isso está fora do meu controle e eu nem mesmo sei o que fazer, como agir com ele mais, como aconselhar. Porque ele não ouve nada, não ouve conselho, não ouve as pessoas que querem ajudar”.*  
(Participante 4)

*“Isso aí eu já falei para ele muitas vezes, mas quando eu falo ele fica mandando eu ficar calada. Mas eu falo. A verdade tem que falar. Então eu já falei para o Ramiro que muitas coisas que as pessoas fazem você não podem fazer. Vamos supor, a pessoa mexe com tráfico, você não pode mexer. Você nunca pode ir pela cabeça da pessoa que está fazendo errado”.* (Participante 11)



A persistência destas práticas talvez esteja se dando por este ser o modelo de educação atualmente valorizado, o qual as mães conhecem e dispõem no seu meio social. Tenta-se educar o filho através de conselhos e ensinamentos de ordem moral, quanto ao que se pode ou não fazer, bem como as possíveis conseqüências:

*“Ele toma banho, janta e eu converso, falo: dentro de casa você vai ficar indo para a escola, andando certo, não quero reclamação na minha porta, porque ele aprontava. Falo com ele, ele prefere escolher a rua”.* (Participante 6)

*“Eu não passo, falo mesmo, eu prefiro até falar assim: se aconteceu alguma coisa é porque aprontou, fez errado, sabe que é errado. Por que de que adianta eu apoiar a safadeza do meu filho dentro de casa? Isso é certo? Não, eu não vou apoiar”.* (Participante 6)

Caso o filho não siga o que foi preconizado pelas mães, estas passam a utilizar medidas mais severas, batendo nos filhos ou colocando-os de castigo a fim de que repensem seus atos e mudem de atitude. Nesse contexto, a punição física se apresenta como uma prática educativa permitida:

*“Desde a primeira vez que Pedrinho foi para a rua. Eu trouxe ele, bati nele, briguei com ele no outro dia eu levei lá”.* (Participante 1)

*“Não batendo, porque eu não gosto de bater nos meninos, mas dar castigo”.* (Participante 2)

Todavia, tal prática, que é considerada eficaz para a resolução dos problemas que o filho apresentava desde criança, não é vista com bons olhos pela justiça segundo as mães:

*“Desde que tem vez também que o próprio filho também não colabora muito não, porque antigamente os pais davam uma boa surra, botava eles de castigo e tinha que funcionar né? Mas hoje diante de tantas normas, que o pai não pode fazer isso, não pode fazer aquilo, a gente se sente até um pouco ousado (...) porque hoje a gente não pode bater. A gente bate de ousado, mas se a gente der um tapa na criança, se vier um denuncia a gente vai preso”. (Participante 9)*

A prática de procurar resolver o problema do filho através de exemplos apareceu como uma prática pouco recorrente. Apenas uma mãe relatou que utilizava:

*“Porque ele tem que ver o que eu faço aqui dentro de casa, eu trabalho. Estou sempre lutando, tentando na medida do possível não deixar faltar alimentação, tem que dar uma roupa, um calçado”. (Participante 9)*

Incentivar a ida do filho à escola também foi uma prática averiguada entre as participantes. A escola aparece, no discurso das mães, como um espaço capaz de, quando não reconduzir o filho ao caminho desejado, mantê-lo afastado das fontes geradoras do problema:

*“Eu para mim, uma coisa que teria me ajudado bastante era o caso da escola. (...) então eu penso assim, que o que teria me ajudado um pouco seria isso aí, porque hoje ele não está na escola. Eu procurei a escola e eles me falaram que não tinha jeito. Inclusive eu fui, fiz a matrícula dele tudo certinho. Quando ele chegou lá para estudar, aí eles falaram que não tinha vaga para ele”. (Participante 9)*

Outras mães, ao verem que os problemas continuavam apesar das práticas educativas desenvolvidas por elas não estarem surtindo o feito desejado, passaram a procurar os filhos pelas ruas de Vitória ou em municípios vizinhos:

*“Foram os colegas, foi o primo dele o Abraão. Hoje tem um mês que eu peguei ele nas ruas, fui lá buscar ele. Ele veio, está bom, está saindo, está direitinho”. (Participante 2)*

*“Meu Deus, nem sei o que é que eu fazia. O que é que eu podia fazer? Andar atrás dele que nem eu já andei. Eu já peguei um ônibus aqui com uma menina daqui que conhecia Marcílio de Noronha, porque eu nem conhecia. Cheguei lá, busquei ele, os meninos lá que diziam que era colega falaram que não era para ele ficar lá, que era para ele me obedecer”. (Participante 8)*

O que estaria motivando estas mães a procurarem uma fonte externa para ajudar na resolução do problema do filho nos parece ser a incapacidade em dar conta do problema no âmbito familiar, como se pode constatar no trecho abaixo:

*“Insisto para ele ir para a escola. Só que levar ele e colocar dentro da escola eu não vou fazer isso. Porque eu não vou? Porque não vai adiantar (...) Estou sendo uma mãe frouxa porque não estou conseguindo puxar a regra dele. Se eu não puxar a regra dele e viver a vida só dando conselho a ele, ele vai crescer naquele ritmo de hoje, vai para a rua, dorme, passa uma semana, duas semanas na rua, ele está crescendo”. (Participante 3)*

Como estas mães não conseguiram sozinhas ou com a ajuda de familiares fazer com que o filho abandonasse as práticas indesejáveis, não restou outra solução para as mesmas a não ser procurar uma fonte externa, expondo para o ambiente extra familiar suas angústias, frustrações, decepções, vergonha, medos e temores de que o pior venha a acontecer com o seu filho.

Um espaço possível de ajuda encontra-se na própria comunidade, onde estão localizadas entidades religiosas e grupos comunitários dispostos a ajudar os moradores a enfrentar os mais diversos tipos de problemas, dentre eles, o envolvimento com as drogas, analfabetismo ou a perda dos vínculos com o lar. A

participante 3 salienta bem essa ajuda da comunidade no apoio financeiro oferecido com remédios, doação de vales-transporte para as consultas e encaminhamento para tratamento num centro especializado para dependentes químicos.

*“Só que no caso eu já falei até com a comunidade para que a comunidade me ajude muito nisso mesmo. Porque eu cheguei até a conversar com a comunidade. Porque se não tem solução, do jeito que ele está indo vão matar ele, porque do jeito que está isso aqui. Isto aqui está uma violência danada. Então se não arrumar um lugar para internar ele o que é que eu posso fazer?”*  
(Participante 3)

O temor de ter o seu filho assassinado pelos traficantes e a confiança na ajuda por parte da comunidade são presentificadas no relato dessa mãe. A solução mais imediata encontrada pelas mães seria a retirada do filho da comunidade. Neste sentido, os parentes distantes se mostram como uma possibilidade de afastar o jovem do meio, o que segundo Harris (1995), constitui-se numa das possibilidades mais eficazes de prevenção de práticas delituosas, pois os adolescentes estarão afastados dos seus grupos de pares. A participante 4 mostra como é comum recorrer a parentes distantes para ajudar no problema do filho:

*“Porque a gente já fez de tudo para poder manter ele em casa. De tudo mesmo e até agora nenhum resultado. Eu não sei quem poderia ajudar, eu não sei te informar. Eu penso em mandar ele para a roça, ficar lá na roça com os meus pais para ver se ele se livra dessas más companhias, para ver se ele melhora a situação dele”.* (Participante 4)

Nessa tentativa de retirar o filho da comunidade, as medidas de internação constituem-se numa modalidade de ação que, como veremos adiante, é

perseguida pelas mães como a única solução capaz de resolver o problema do seu filho, não importando se essa internação tenha por finalidade a realização de algum tipo de tratamento específico ou a reclusão em alguma unidade responsável pelo cumprimento de medidas socioeducativas. Ao que nos parece, muitas vezes, essa internação é desejável para se retirar o adolescente do morro ou das atuais companhias com que ele se encontra.

Vemos ainda que, durante a entrevista, muitas mães relataram procurar como fonte externa de ajuda o Conselho Tutelar. O contato com a instituição deu-se, em sua maioria, a partir do Conselho que, alertado pela escola ou por denúncias sobre os problemas enfrentados pelos adolescentes, estabeleceu contato com as famílias. Os trechos retirados de relatos das mães são capazes de exprimir os sentimentos e primeiras sensações vivenciados pelas mães:

*“Começaram no colégio, as faltas, muitas faltas. Aí o colégio teve que encaminhar a situação para o Conselho. Aí foi quando eu comecei a procurar ajuda do Conselho Tutelar”.* (Participante 4)

*“Eu já tinha ouvido falar do Conselho. Aí eu depois fui lá levar. Aí a professora mandou eu levar, aí eu levei. Mas ele quando do Conselho voltou ele melhorou. Só que depois de um tempo para cá, que ele se achou que tá grande, que é dono do mundo. Luciano eu também já levei”.* (Participante 1)

*“Quando do tempo depois que ele passou a fugir muito de casa, com seis para sete anos, que eu vi que eu não estava mais dando jeito, que eu não estava mais dando conta. Com seis anos ele começou fazendo acompanhamento com Manoela lá na cidade. Eu acho que com seis anos, porque eu já não tinha mais controle sobre ele, eu sei que chegou um ponto que já não dava mais como, aí eu mesma peguei ele e levei ele para aquele lugar e comecei a pedir ajuda, ele tinha de seis para sete anos”.* (Participante 6)

Os resultados apresentados pelos adolescentes após visita ao Conselho são sempre satisfatórios no início. As mães salientam que os filhos melhoraram, passaram a ficar mais tempo em casa, passaram a ser mais obedientes e tranquilos. Entretanto, esta fase de tranquilidade durava pouco tempo. Após perceberem que nenhuma pena ou atenção mais cuidadosa eram aplicadas, o adolescente voltava a praticar os atos anteriores que o levaram a ser atendido pelo Conselho, o que gerava desespero e preocupação para as mães.

Sendo assim, verificamos que na concepção dessas mães, as ações do Conselho são pouco eficazes, uma vez que estas são de pouca duração. Esta avaliação faz com que as mães defendam medidas mais duras a serem aplicadas junto aos seus filhos. Ao invés do comparecimento ao Conselho Tutelar para conversar e ser informado sobre a sua situação, o que as mães realmente desejam é que seus filhos sejam encaminhados para instituições de internação, medida essa que, na maioria das vezes, não compete ao Conselho. Um trecho das entrevistas das participantes 3 e 5 expressa bem essa preocupação:

*“Bom está difícil né? Já têm na prática uns dois anos que eu venho lutando no Conselho com ele. Só ele não, com tudo aqui. Aí já fui ao Conselho e eles estão procurando um lugar para internar ele, porque ele ainda está dormindo na rua. Essa noite mesmo ele não dormiu em casa”. (Participante 3)*

*“O Alexandre me chamou lá, eu fui lá e procurei ele para ajudar. Vai dar três anos que está cuidando disso aí. Ele me deu o telefone da abordagem de rua, as meninas que trabalham na abordagem para ver se conseguiram alguma coisa para internar ele, mas tem uma coisa: só interna se ele quiser, mas aí não tem como, só interna se ele quiser”. (Participante 5)*

Esse desejo de internação do filho surge aqui como sendo talvez a última e única prática efetivamente capaz de solucionar o problema dos filhos. Esta prática parece ser procurada com afinco, pois, como podemos ver:

*“Não consegui arrumar para ficar no Conselho ainda, porque dizem que não estão achando vaga, que eles já tentaram, mas não estão tendo vaga num lugar para internar ele”.* (Participante 3)

*“Só pegar e internar ele, só isso. Porque eu já peguei e procurei o Conselho há três anos. Há três anos que eu estou nessa luta. Já procurei esse tipo de ajuda sim. Mas eles disseram que só internam a criança se ele quiser”.* (Participante 5)

*“Quando ele caiu preso eu fui, conversei com o promotor e tudo. Ele até falou que o juiz ia chamar, porque eu queria internar ele. Internamos ele uma vez, de lá transferiram ele para outro lugar. Nada, nada segurou. Nada, pedi ajuda no NAFF, à assistente social do NAFF. Tudo, onde você falar para eu ir eu fui”.* (Participante 6)

Esse interesse em encontrar um local para internar seus filhos é tão grande que, durante as entrevistas, as mães afirmaram reiteradamente que procuraram se informar a respeito de possíveis instituições que pudessem abrigar seus filhos, sejam elas entidades de cunho religioso, filantrópico ou público. O importante é conseguir o seu intento, a internação.

A fim de solucionar os problemas trazidos pelos filhos, seria esperado que as mães desenvolvessem práticas educativas que visassem tal objetivo. Os relatos apontam diferentes tentativas nesse sentido e o sentimento de fracasso porque as práticas desenvolvidas não são capazes de resolver o problema, o que as leva a procurar uma fonte externa de ajuda para o filho.

O fato de algumas mães apresentarem em suas representações elementos que indicam uma descrença e incapacidade de impor regras e limites aos filhos se torna um dos eixos centrais de nossa discussão. Em trabalho anteriormente realizado a respeito das práticas educativas junto a educadores sociais responsáveis pelo processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade, encontrou que, para estes profissionais, a prática desenvolvida no interior da instituição pouco ou nada tinha a acrescentar para aqueles jovens. Entretanto, as práticas educativas desenvolvidas pelas mães seria uma alternativa capaz de prevenir a entrada e/ou a permanência desse filho no caminho da marginalidade (Espíndula, 2003).

Ao que nos parece, tanto a família como as instituições responsáveis pelo cumprimento de medidas socioeducativas, representadas pelos seus funcionários, percebem as suas práticas como não eficazes para a resolução do problema enfrentado pelos adolescentes. Ao crer na ineficácia de suas ações, cada grupo tende a atribuir a competência para o outro. Dessa forma, as mães deslocam a possibilidade de recuperação para as instituições de internamento e estas repassam a responsabilidade para a família, mais notadamente, para a mãe. Esta última, responsável, segundo os educadores, por passar as normas e os valores sociais e por serem, ainda, o vínculo familiar mais presente na vida dos adolescentes.

Outras práticas menos citadas também são encontradas no discurso dessas mães. Mais uma vez encontramos no apelo à religiosidade a crença de que Deus pode modificar o comportamento do filho, levando-o para o caminho



desejável pelas mães, que anseiam que seus filhos sejam responsáveis, trabalhadores e/ou se livrem das drogas e das más companhias.

Outras mães, após procurarem várias fontes externas de ajuda, como a igreja, Associação de Moradores, Conselho Tutelar, etc., ao verem que o esforço despendido não rendeu o resultado esperado, desistem de continuar lutando para resolver o problema trazido pelo filho. Argumentam estarem cansadas de perderem várias batalhas, a maioria delas para a droga, outras pela própria vontade do adolescente em continuar no mundo do crime, praticando pequenos furtos e/morando na rua.

*“Luciano eu vou lá buscar, mas eu até já entreguei nas mãos de Deus, deixei pra lá. Eu já afastei mesmo. Agora eu não estou ligando mais não. Pedrinho eu ainda vou lá. Vou lá visitar, volto, converso”.* (Participante 1)

*“Não, eu acho que tudo o que eu fiz, eu fiz para o bem dele, faria sim, tudo de novo, a gente quer ajudar um filho. Igual ao que eu te falei, eu cansei, quebrei muito a cabeça, nada deu jeito. Como se diz, entreguei na mão de Deus”.* (Participante 6)

*“Chegaram na minha porta com ele, porque eu já falei para você que eu não apóio, aí eu estava sozinha com as minhas duas filhas e os policiais falaram que eu tinha que acompanhá-los. Eu virei para o policial e falei que não ia acompanhar eles porque eu estou com as minhas duas filhas dormindo dentro de casa e estou sozinha, ele não mora dentro de casa e fica na rua aprontando e depois vem procurar o caminho de casa quando apronta. Vocês levem ele, que no outro dia eu vou lá e resolvo o problema”.* (Participante 6)

## **Avaliação das práticas educativas**

Após descreverem as práticas alusivas à resolução dos problemas enfrentados pelos filhos, as mães foram convidadas a avaliar a eficácia de tais procedimentos. Como resultado, encontramos, em menor proporção, uma avaliação positiva e uma avaliação de cunho mais negativado devida ao sentimento de falha nesse processo. Os elementos positivos dizem respeito às ações realizadas pela mãe, enquanto que os elementos da categoria negativa estão relacionados às ações do filho, dando a entender que as mães não realizaram uma avaliação das práticas propriamente ditas, mas delas como mães.

Nessa primeira categoria positiva, os elementos agrupados expressam a idéia de que *a mãe só fez o bem para ele e/ou procurou educá-lo*. Por outro lado, na segunda categoria de caráter mais negativo, as idéias estão agrupadas em torno de: *a ajuda não surtiu o efeito porque o filho não aceitou e o filho não tem limites e não ouve os familiares*.

Os elementos que evidenciam a opinião positiva das mães de que procuraram fazer o bem para os filhos são amparados na ação de colocar os filhos para estudar em bons colégios, na prática de esportes, visando o desenvolvimento físico e emocional, através das escolinhas de futebol, além da prática do aconselhamento sobre o melhor caminho a seguir. Com relação a esta última prática educativa, observou-se que esta vem sendo empregada desde a infância até o presente momento, na adolescência. Os trechos das entrevistas das participantes 2 e 5 são capazes de evidenciar essa avaliação:

*“Botava ele só nos melhores colégios, no futebol, no Caxias. Rodolfo só tinha coisa boa”. (Participante 2)*

*“Não, não tem nada de mal que eu fiz para ele, só bem para ele. Conselho, tudo o que eu fiz para ele é para o bem dele. A mesma coisa que eu faço para ele, conversar, dar conselho, dar tudo o que ele precisar”. (Participante 5)*

Observando mais detidamente quais práticas educativas para a recuperação dos filhos são avaliadas como positivas, percebemos que estas práticas foram as desenvolvidas para com o filho durante a infância, como a preocupação em pôr o filho em boas escolas ou ainda, em atividades extra-escolares. Mesmo a prática do aconselhamento pode ser considerada como a expressão de uma prática educativa mantenedora, que tem a sua origem em períodos anteriores do desenvolvimento.

Uma das possíveis justificativas para as mães estarem avaliando suas ações anteriores como positivas em detrimento das práticas mais atuais se daria pela sua função justificadora. Ao considerar com mais atenção os relatos dessas mães, é possível perceber que estas estão justificando suas ações educativas para com a formação daquele filho. Para essas mães, a ação educativa é entendida como um processo que culminou com o momento atual pelo qual o filho atravessa, e não apenas como um recorte de vida que deve ser analisado apenas pelo presente. Deste modo, compreendemos que o processo educacional para a formação e prevenção de possíveis problemas teve sua origem na infância e não apenas no final desta fase ou no início da adolescência, quando os filhos começaram a fazer uso de substâncias ilícitas e/ou se colocaram em situação de rua, passando a ser atendidos pelo Conselho Tutelar.

Por terem essa função justificadora, o que as mães estariam dizendo ao avaliar suas práticas educativas como positivas é que cumpriram seu papel de responsáveis pela educação e manutenção dos filhos. Deste modo, a falha ou o problema que o filho veio a apresentar não foi decorrente do processo educacional oferecido pelas mães, mas resultou de outros fatores anteriormente discutidos, e a influência do meio no qual o jovem está inserido, além de questões individuais do próprio adolescente.

Por outro lado, o fato de não avaliar outras práticas que foram desenvolvidas para a resolução dos problemas como sendo positivas estaria indicando que estas práticas atualmente desenvolvidas mostraram-se ineficazes em suas ações. Este seria o motivo que levou as mães a avaliarem tais práticas como negativas em detrimento das práticas desenvolvidas numa fase anterior ao surgimento dos problemas.

A causa do insucesso estaria no filho. Além dele apresentar em sua própria personalidade uma tendência à transgressão de normas e valores, na compreensão das mães entrevistadas, estes tendem ainda a negar ajuda quando oferecida pelos familiares ou por alguma fonte externa. Os relatos abaixo são capazes de expressar essa concepção:

*“Porque as crianças de hoje em dia não escutam mais ninguém. Por mais que você fala, isso não está certo. Aí é que eles vão para o lado errado”.*  
(Participante 1)

*“Mesmo assim a gente falando não adiantava, porque eles continuavam fazendo. Eles não ouviram a gente”.* (Participante 7)

*“Se fosse um menino de parar e me ouvir falar que ia fazer tudo certinho, ele não dá crédito ao que eu falo com ele, ele não ouve o conselho que a gente dá, o negócio todo é esse”. (Participante 11)*

Ao atribuírem ao outro todos os problemas que levaram à não eficácia das suas práticas, as mães, mais uma vez, têm a possibilidade de resguardar o ideário de boa mãe, e de certa forma, resguardar-se da possibilidade de ter uma parcela de culpa no insucesso das práticas para recuperar o filho.

## **A relação com o Conselho Tutelar**

Em relação ao terceiro eixo da pesquisa, que trata da relação das mães com o Conselho Tutelar (CT), procuramos abordar o modo como se estabeleceram os primeiros contatos entre os familiares e a instituição, verificando os sentimentos das mães ao serem atendidas pelo Conselho; os motivos que as levaram a visitar a instituição; a avaliação que estas fazem das medidas aplicadas pelo Conselho; e por fim, políticas públicas que essas mães julgam como necessárias para a resolução do problema.

Na subcategoria encaminhamento para o CT encontramos respostas sobre causas que levaram os filhos a serem encaminhados para o Conselho: faltas recorrentes na escola e estarem em situação de rua.

As escolas notificam o Conselho Tutelar sobre as freqüentes faltas dos alunos com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). As escolas estão amparadas para acionar o Conselho quando o aluno começa a apresentar faltas freqüentes ou mesmo, abandona a escola.

Em seus relatos, as mães narram como se deu esse trajeto entre os problemas enfrentados na escola por parte do filho, até o comparecimento ao Conselho:

*“Começaram no colégio, as faltas, muitas faltas. Aí o colégio teve que encaminhar a situação para o Conselho. Aí foi quando eu comecei a procurar ajuda do Conselho Tutelar”.* (Participante 4)

Para aquelas crianças que estão fora da escola, os contatos iniciais entre as mães e o Conselho se dá via denúncia de que o adolescente se encontra em situação de rua e/ou envolvido com drogas, ou ainda, pelo programa de Abordagem de Rua da Prefeitura Municipal de Vitória. Esse é o caso das participantes 10 e 7, que também narram como se deram esses primeiros contatos entre elas e o Conselho:

*“Começou que ele ficava na rua, Manoela (conselheira) começou a conhecer ele e veio aqui em casa e pronto, ficou assim conhecendo ele e já me conhece através dele”.* (Participante 10)

*“Eles vieram fazer visita aqui em casa, porque os meninos ficavam na rua”.* (Participante 7)

É nesses primeiros atendimentos que o Conselheiro informa não só as suas atribuições, mas também as do Conselho Tutelar. Diante de cada caso são expostas as possibilidades de atendimento oferecidas pelo Conselho com base no ECA, visando a resolução do problema enfrentado pela família. Conforme prevê o artigo 98, compete ao Conselheiro Tutelar, *“atender crianças e adolescentes que tiveram seus direitos ameaçados ou violados, em razão da sua*

*conduta, por ação ou omissão da família, da sociedade e do Estado*". Para tanto, conforme salienta Santa'Ana (2003), deve:

*"Aconselhar os pais quando violam estes direitos ou são omissos quanto à sua garantia; requisitar serviços públicos como vagas em escolas, creches, hospitais; e assessorar o poder executivo na elaboração de proposta orçamentária para criação de programas de atendimento à criança, ao adolescente e às famílias". (Santa'Ana, 2003, p.32)*

A título de consideração, vale a pena ressaltar que não foi nosso interesse averiguar as medidas aplicadas pelo Conselho em cada caso. Voltamos a atenção para o modo como as mães percebem a intervenção do Conselho e os possíveis resultados que poderiam advir dessa intervenção, sempre em relação ao filho que era focalizado na entrevista.

Como resultado desse atendimento inicial, as mães avaliaram a ajuda oferecida pelo Conselho como sendo, no início, positiva, uma vez que os filhos, segundo as mães, "melhoraram". Entretanto, essa mudança observável de comportamento, como já mencionado, não se mantém por muito tempo. Segundo algumas mães, ao perceber que não serão mais chamados a comparecer ao Conselho para prestar contas das suas atividades, tais como freqüentar a escola e não chegar tarde em casa, os filhos voltam para a rua e a praticar os mesmos atos que os levaram a ser atendidos pelo Conselho Tutelar.

Os relatos abaixo permitem expressar o modo como as mães perceberam a melhora inicial do filho a partir do atendimento realizado no Conselho:

*"Eu já tinha ouvido falar do Conselho. Aí eu depois fui lá levar. Aí a professora mandou eu levar, aí eu levei. Mas ele quando do Conselho voltou ele*

*melhorou. Só que depois de um tempo para cá, que ele se achou que tá grande, que é dono do mundo. Luciano eu também já levei".* (Participante 1)

*"Quando ele foi para o Conselho a gente foi lá e conversou direitinho. Da primeira vez o pai dele que trouxe ele. Das outras vezes as meninas trouxeram ele. Ele ficou bem, mas depois ficou a mesma coisa".* (Participante 4)

O retorno do problema dos filhos é encarado pelas mães como uma não resolução do mesmo por parte do Conselho. No momento em que a instituição é procurada pelas mães, a maioria delas julga que a competência para lidar com o problema do filho passa para o Estado. Caso este não possa resolver de imediato as demandas trazidas, as mães desenvolvem a crença de que o Conselho Tutelar é um órgão que não resolve aquilo a que se propõe, apresentando ainda, medidas ineficientes.

Entretanto, uma das possibilidades de ações a serem vislumbradas para o caso desses adolescentes seria de cunho preventivo. Sabe-se que a vulnerabilidade devido à exposição a fatores de risco associada à exclusão social é aspecto que facilita a entrada no mundo infrator (Assis, 1999). Situações de negligência e abandono, pobreza, criminalidade e violência na família, escola, comunidade e sociedade em geral são usuais entre adolescentes em conflito com a lei (Assis & Constantino, 2001; Silva 1997; Rocha, 2003).

Essas situações relatadas, muitas vezes, são verificadas nas famílias entrevistadas. Isso poderia explicar a melhora inicial do problema logo após o atendimento dado pelo Conselho, mas com o passar do tempo, ou decorrido o



cumprimento da medida estabelecida pelo Conselho para o adolescente, este acaba retornando às práticas anteriores devido, em parte, a essa falta de uma rede de apoio capaz de inserir o adolescente em outras práticas sociais.

São ainda nesses primeiros contatos entre as mães e o Conselho que os sentimentos iniciais como medo, angústia e outros temores são despertados nessas mães. Jodelet (2001) considera que o estudo das representações sociais deve se dar de modo que procure integrar as mais diversas esferas da subjetividade humana, tais como emoções, afetividade, opiniões, atitudes, dentre outros. Nas palavras da autora:

*“Mas é preciso dizer: as representações sociais devem ser estudadas articulando-se elementos afetivos, mentais e sociais, integrando – ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação – a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir.”* (Jodelet, 2001, p.26)

Mesmo levando em conta a proposição acima tomada por Jodelet (2001), Campos e Rouquette (2003) reconhecem que muito pouco se tem estudado sobre a dimensão afetiva das representações, salientando ainda a importância desta dimensão no funcionamento das representações. Os autores argumentam que a dimensão afetiva das representações *“... nunca foi rejeitada, ao contrário, os principais trabalhos de elaboração e consolidação da teoria reconhecem o papel da esfera emocional (da experiência privada e subjetiva) no funcionamento das representações”*. (Campos & Rouquette, 2003, p.435)

Os mesmos autores comentam ainda que no âmbito da Psicologia Social, o campo das representações sociais enfrenta sérias dificuldades em integrar os

aspectos emocionais aos estudos que procuram investigar os comportamentos coletivos e processos sócio-simbólicos. Para Giraud-Heraud (1998, citado por Campos & Rouquette, 2003), uma situação intensamente carregada, do ponto de vista emocional, vivida pelo grupo é capaz de produzir alterações na estrutura da representação. Sendo assim, ao investigarmos a dimensão afetiva nas representações, esta não seria uma estrutura paralela à dimensão cognitiva, muito menos uma estrutura secundária. De forma semelhante aos outros elementos constituintes das representações, os elementos afetivos são ativados, conforme as diferentes situações, de modo mais normativo ou funcional.

Devido à proximidade afetiva dos participantes com o nosso objeto de estudo, a todo o momento os elementos de ordem afetiva emergiam durante a situação de entrevista. Por isso, a fim de facilitar a análise dos sentimentos vivenciados nos primeiros contatos estabelecidos entre as mães e o Conselho, bem como as relações decorrentes das opiniões formadas por esses primeiros contatos, as emoções foram categorizadas nos seguintes temas: dúvida/medo/apreensão; sentir-se bem; vontade de dar uma surra; achar que falhou na educação; sentir-se arrasada/vergonha; raiva e medo de que isso traga problemas para elas.

Com relação à primeira categoria dúvida/medo/apreensão, as mães relataram como se depararam com a comunicação para comparecer ao Conselho. A tensão inicial vivenciada se dava pelo temor do que poderia acontecer com elas a partir daquele momento em que o problema apresentado pelo filho ultrapassou os limites familiares, merecendo atenção de um órgão do Estado para tentar resolver o problema.

*“Eu me senti assustada, porque a primeira vez que eu fui procurada foi quando estava ele e os meninos juntos não sei aonde e vieram me deixar uns papéis para eu assinar e eu fiquei assim, porque eu não sabia”. (Participante 10)*

As participantes 3 e 10, por exemplo, ao receberem a notificação de comparecimento ao Conselho ficaram bastante assustadas, com medo de serem presas por deixarem os filhos chegarem àquela situação. O temor de que o problema gerado pelo filho traga maiores conseqüências para si, foi um sentimento bem presente durante as entrevistas. Esse sentimento era ainda fortalecido pela crença difundida de que o Conselho Tutelar só serve para chamar a atenção e pôr a culpa nas mães. A participante 4, por sua vez, conta como vivenciou esse temor de ter que responder perante o Conselho por uma falta de seu filho, em relação a qual julga não ter culpa alguma:

*“No início eu achava a coisa meio estranha, de eu pegar e sair de casa para ir lá no Conselho e conversar. As pessoas falam que o Conselho não é coisa boa, vai tomar muita regulamentação de uma coisa que eu não tenho culpa do que está acontecendo”. (Participante 4)*

O sentimento de dúvida e apreensão pode se dar também frente às medidas sugeridas pelo Conselho, como a de abrigamento, por exemplo. A mesma participante narra o que sentiu quando permitiu que uma de suas filhas que estava em situação de rua fosse morar em um abrigo religioso para meninas.

*“No início a gente fica em dúvida. A gente pensa em deixar um filho da gente longe da gente, num lugar assim que a gente não sabe o que vai acontecer e nem o que está acontecendo. Mas depois a gente vai pensar, a gente vai vendo como a criança está progredindo, então é uma boa e que a gente não*

*está jogando o filho da gente mais tarde numa coisa pior e perde o risco de perder". (Participante 4)*

Um sentimento oposto ao medo e apreensão seria sentir-se bem. Este sentimento é evidenciado pelas mães após o atendimento recebido. Passado o temor inicial em ter que comparecer ao Conselho Tutelar devido à idéia de que o tratamento dispensado pelo Conselho às mães seria de caráter punitivo, estas se deparam com aspectos da realidade a respeito do papel e função do Conselho Tutelar que as fazem mudar sua opinião sobre a instituição. É no relato abaixo que podemos verificar como as mães vivenciam esta sensação de sentir-se bem após serem atendidas pelo Conselho:

*"Eu me senti bem. Não vou dizer que não critiquei, eu me senti bem. Até hoje eu ainda vou lá, as meninas me dão muito apoio, arrumaram a Montanha da Esperança para Tubias duas vezes, Tubias não quis ir". (Participante 1)*

Como é possível perceber, a forma como o atendimento foi conduzido, oferecendo apoio às mães na causa pela busca da resolução do problema do filho, seja ouvindo, aconselhando ou procurando colocá-los em instituições para tratamento de toxicomania ou de abrigamento, constituem-se nos motivos que levam as mães a avaliarem os primeiros contatos como positivos e sentirem-se satisfeitas após atendimento inicial.

Outra mãe, por exemplo, argumenta que a ajuda do Conselho é um forte incentivo para que estas continuem na luta para retirar os filhos da drogadição ou das ruas.

*“Seria pior para mim, porque a justiça está me dando a maior força. Eles estão me dando a maior força. Eu vou lá, converso. O Cléber mesmo já me deu o telefone dele, porque às vezes ele trabalha até sexta-feira à noite, ele liga para mim”.* (Participante 5)

Aqui, o que as estaria fazendo se sentir bem seria saber que, caso precisem, podem contar, a qualquer momento, com a ajuda do Conselho. O fato de poder contar com o conselheiro nos momentos em que se sentem mais desesperadas por saber que estão perdendo os filhos para as drogas ou ainda, quando suas forças se esgotam em procurá-los por vários dias pelas principais ruas e avenidas da cidade, é um dos pontos nodais da relação dessas mães com o Conselho. Tema este que perpassava vários momentos das entrevistas das mães, o que nos faz supor que há um compartilhamento dessa opinião entre as mesmas.

Por outro lado, algumas mães se sentem profundamente envergonhadas e arrasadas por terem que comparecer ao Conselho, e como resultado, o seu desejo é dar uma surra nos filhos. A participante 9, por exemplo, explica como ela, mãe, sentiu-se extremamente envergonhada quando a polícia, juntamente com a abordagem de rua da prefeitura, foi à sua casa durante a noite para entregar o filho que estava com alguns amigos praticando pequenos furtos num *Shopping Center*.

*“Eu me senti arrasada né. Mesmo porque eu falo com ele. Para a gente amanhecer, passar a noite inteira na rua, ou o dia inteiro não é normal. E ainda ele passar e chegar trazido por uma pessoa falando que ele estava fazendo alguma coisa de errado, porque se não me engano ele estava com outro menino, não sei se foi no shopping e alguém pegou alguma coisa, não sei se foi um doce o que é que foi e ele acabou sendo pego. Eu não sei se foi*

*a polícia ou o pessoal da abordagem que abordou ele, eu não lembro agora. Mas que eu me senti arrasada com certeza eu senti". (Participante 9)*

A vergonha se dá no momento em que as mães se deparam com o reconhecimento social de que falharam na educação moral dos filhos e, conseqüentemente, no seu papel, socialmente defendido, de responsável pela formação e desenvolvimento das crianças. Talvez este sentimento de vergonha de saber que falharam seja um dos mais difíceis de ser suportado, uma vez que esbarra em representações estruturantes para sua ação frente ao mundo, tais como *representação de mulher, de mãe, de pessoa de bem*, dentre outras.

Ao tomarmos como base a abordagem estrutural das representações sociais, observamos ao mesmo tempo em que estas são resistentes a mudanças, *núcleo central*, são também flexíveis a novas adaptações, *zona periférica*. A manutenção das representações depende, em parte, da flexibilidade das regiões periféricas, as quais funcionariam como uma espécie de "pára-choque" contra as ameaças externas que colocariam a representação à prova. Nessa tentativa de preservar *a representação de boa mãe*, elas atribuem o insucesso de suas práticas sempre a outros, nesse caso, ao filho, à instituição, ou ao Conselho Tutelar.

É ainda nessa tentativa de preservar esse sistema de representações de si que as mães partem para a ação com práticas que visam sua manutenção. Continuar procurando uma ajuda externa para resolver o problema do filho, funciona como mecanismo para afastar os sentimentos ameaçadores das representações, como nos sugere a participante 10, que por não suportar mais

tanta vergonha por causa do seu filho, afirma que, caso fosse preciso, o colocaria numa instituição de internação para dar fim ao problema.

*“Eu vou tentar ajudar de novo. Agora se ele não quiser vai ser o jeito procurar ajuda, procurar um canto para ver se ele se assossega mais, porque eu não agüento não. Vergonha e mais vergonha, uma em cima da outra”.*

(Participante 10)

Outro sentimento encontrado nos primeiros contatos com o Conselho seria a raiva das mães para com os filhos. Os motivos de tais sentimentos são imagináveis: a desobediência dos filhos em não aceitar os conselhos e as normas impostas pelas mães, resultando no comparecimento das mães no Conselho Tutelar para responder o porquê do filho estar apresentando aqueles comportamentos. Essa raiva resultaria no desejo de dar uma surra no filho.

*“Eu fiquei da primeira vez que o Tubias foi detido, eu quis dar uma surra nele (...) na segunda vez eu trouxe ele, bati nele, briguei com ele no outro dia eu levei lá”.* (Participante 1)

Muitas mães expressam ainda o medo de que o atendimento oferecido pelo conselho por causa do filho possa trazer problemas para elas. Os problemas podem ser relacionados com a justiça:

*“Nossa senhora! No começo eu tinha medo de ir presa por causa da vida que ele estava levando e tenho medo ainda de ir presa. Jamais!”* (Participante 3)

Ou ainda, em outros campos, com a comunidade ou com os próprios traficantes do local:

*“Mas mesmo assim isso irrita, porque vai acabar me prejudicando também”.*

(Participante 5)

Por fim, temos o desespero. Este sentimento pode ser considerado um dos iniciais que levam as mães a comparecerem ao Conselho. Ao perceberem que as práticas empregadas para a resolução do problema do filho foram infrutíferas, não resta outro caminho a não ser procurar a ajuda do Estado para intervir na situação, antes que percam os seus filhos de vez.

*“Não sei como posso te dizer. Tinha vez que eu chegava lá desesperada, passava o corrimão e ficava desesperada”. (Participante 6)*

A seguir, analisaremos os motivos que levaram as mães a comparecerem ao Conselho e a avaliação que as mesmas fazem das medidas aplicadas visando a resolução do caso de seus filhos.

### **Porque a mãe visita o Conselho e avaliação da instituição**

Passados os primeiros contatos com o Conselho e os sentimentos provenientes, buscamos investigar os motivos que levaram as mães a procurarem, além de outras formas e locais de apoio, o Conselho Tutelar. Enquanto o tópico anterior procurava analisar os primeiros contatos estabelecidos pelo Conselho quando as mães eram convidadas a comparecer ao Conselho, neste momento procurou-se averiguar os motivos que levaram as mães a continuarem procurando ajuda do Conselho na busca da resolução do problema enfrentado pelo filho.

Como resultado, verificamos que para as mães entrevistadas, o que as levou a continuar buscando o Conselho foi a procura de apoio e a procura por um local para internar o filho, e sendo assim, o Conselho Tutelar poderia ser o canal



de intermediação entre a família a instituição de internação. Este comportamento é decorrente do clima de acolhimento favorecido pelo espaço de escuta propiciado pelos conselheiros e demais funcionários da instituição. Durante as entrevistas, era freqüente o comentário positivo das mães com relação aos conselheiros.

Sabe-se que a família é compreendida, atualmente, como um sistema complexo, composto por vários subsistemas de relacionamentos, como por exemplo, pai-mãe, irmão-irmão, genitores-filhos. Estes, por sua vez, estão em constante interação, influenciando e sendo influenciados uns pelos outros. Todavia, além de toda dinâmica interna de funcionamento, vários outros sistemas fora da família exercem grande influência nas interações desses membros (Dessen & Braz, 2000). Nesse contexto a escola, o local de trabalho, a vizinhança, a comunidade e as demais redes de apoio social surgem como ferramentas capazes de auxiliar na formação e desenvolvimento de seus membros.

Para Lewis (1987, citado por Dessen & Braz, 2000) uma rede de apoio social seria um sistema composto por “[...] *vários objetos sociais (pessoas), funções (atividades dessas pessoas) e situações (contexto)*” os quais ofereceriam apoio instrumental e emocional à pessoa, em suas diferentes necessidades. Deste modo, o suporte buscado pelas mães e oferecido pelo Conselho Tutelar se insere nesse contexto de apoio, uma vez que este último visa oferecer uma modalidade de ajuda a partir do apoio e execução de medidas capazes de, quando não solucionar, remediar o problema.

O modo como o atendimento foi conduzido e a atenção dispensada para o problema apresentado pelo filho também são fatores que contribuíram para o bom relacionamento entre as mães e o Conselho, resultando em ligações telefônicas e visitas a esse órgão público a cada vez que estas necessitavam de alguma ajuda ou apoio em especial. Algumas mães relatam desde quando começaram a freqüentar o Conselho com certa assiduidade, justificando ainda o porquê das visitas e telefonemas freqüentes para o Conselho. A participante 8 é um exemplo delas:

*“Nessas épocas mesmo que ele começou, ele estava com sete a oito anos, hoje ele está com 13. Eu já sabia e sempre estava lá no Conselho Tutelar para poder eles me ajudarem, para ver o que eles podiam fazer. Aí sempre o Alexandre me ajudava lá no Conselho, aconselhava ele, mandou ele para o psicólogo”. (Participante 8)*

Os resultados da ajuda prestada pelo Conselho são verificados no depoimento da participante 8:

*“Eu acho bom, quando eu consigo levar ele eu levo sim. Eu vou, porque falar com ele, mas ele que não acredita. Ele vai brabo, mas vai. Fez bem a ele. Se eu não tivesse corrido atrás, antes, talvez ele já tivesse até morrido, porque sempre aí eu falo que o juiz mandou o recado ou o juiz ligou e ele já fica mais calmo”. (Participante 8)*

A participante 11 é outra mãe que continua a procurar o Conselho por julgar que o apoio oferecido pelo Conselho é o único com que pode contar no momento:

*“Eu creio que elas me ajudam, me dão mais orientação, por ele e por mim e a única pessoa que eu posso me apegar é pela lei e pela autoridade que possa me ajudar”. (Participante 11)*

Entretanto, isto não estaria significando que existam dois níveis de avaliação: o conselho seria bom para elas, como espaço de apoio emocional, mas ao mesmo tempo, ineficaz quanto às práticas alusivas à resolução dos problemas do filho.

Já o segundo motivo que estaria levando as mães a visitarem o Conselho, como discutido ao longo de todo o trabalho, dar-se-ia pela busca da internação do filho. Mais uma vez, para as mães entrevistadas, a prática educativa mais eficaz capaz de solucionar o problema do filho seria a internação. Novamente o discurso das mães mostra como estas procuram o Conselho Tutelar para que este coloque seus filhos em instituições próprias para esse fim:

*“Tem muita coisa e eu penso assim, sabe, que se o Conselho puder arrumar o mais rápido um lugar para internar meu filho, porque eu não estou conseguindo lutar com ele. O Conselho deve ter algum lugar para encaixar ele para ficar. Aí eu não sei o que eu faço com ele não. Foi segunda-feira ele tentou até me matar enforcada”.* (Participante 3)

*“Só pegar e internar ele, só isso. Porque eu já peguei e procurei o Conselho há três anos. Há três anos que eu estou nessa luta. Já procurei esse tipo de ajuda sim. Mas eles disseram que só internam a criança se ele quiser. Como uma criança vai entender se ele quiser? Eu pensei em internar ele porque lá eu tenho certeza que ele vai ter todo o apoio”.* (Participante 4)

A participante 3, por exemplo, mesmo argumentando que o Conselho Tutelar não tem responsabilidade alguma sobre a educação e formação dos filhos, continua a visitar o CT para internar o filho, pois, segundo esta, não está mais conseguindo fazer com que o filho a obedeça:

*“Então eu acharia que deveria colocar ele em algum lugar, internar ele. Não que o Conselho é obrigado, entendeu? Porque a gente que fez os filhos, é a*

*gente que tem que assumir, não é o Conselho que tem que assumir, somos nós, mas eu não estou tendo como". (Participante 3)*

O segundo tópico deste capítulo consiste em observar a avaliação que as mães fazem das medidas aplicadas pelo Conselho Tutelar. Os resultados das avaliações foram categorizados em *não ajuda/ajuda não resolveu o problema; ajuda/apóia; Conselho tira o poder e autoridade dos pais; Conselho critica as mães; adolescentes não respeitam o Conselho; Conselho dá liberdade demais para as crianças.*

É nos contatos estabelecidos entre o Conselho e as mães que são formadas as opiniões sobre o atendimento e encaminhamentos dados para o caso por parte do Conselho. Estas opiniões são fundamentais na hora das mães avaliarem as medidas desenvolvidas pelo Conselho para com o problema trazido por elas para o caso de seus filhos.

Quanto à primeira categoria, que concentra idéias de que o Conselho não ajuda ou se ajudou, não resolveu o problema, percebemos que a dimensão avaliativa das mães para com as medidas aplicadas pelo conselho é de cunho negativo. Segundo as mães, o Conselho apenas chama para conversar e não executa ações práticas para solucionar o problema enfrentado por elas. A burocracia do Conselho é outro problema criticado por elas:

*"Eu não gosto muito desse negócio de Conselho não. Fui lá e eles não resolveram nada. Por ficar um negócio de volta outro dia, depois e não resolve nada não". (Participante 2)*

A avaliação que as mães fazem das medidas é que elas não irão funcionar. A participante 2, por exemplo, conta que visitou o Conselho várias vezes para pedir ajuda, mas o que encontrou de ação para o seu problema foram várias conversas com os conselheiros e uma volta pela cidade no carro da instituição para localizar o seu filho, que estava na rua há várias semanas.

*“Acho que não vai dar em nada, porque a gente vai lá e não resolve nada. Fui lá e conversei com o Alexandre e nada. Com a Manoela e nada. Eles falaram que era para eu ir lá. A Manoela veio e falou que era para eu voltar lá. Voltei lá. Deu até uma volta comigo na rua e não aconteceu nada. Rodrigo ficou na rua do mesmo jeito, mais de um mês”. (Participante 2)*

Como o Conselho não encontrou o filho naquele momento e nem nas semanas seguintes, esta mãe ficou desestimulada em continuar procurando aquele órgão na busca de uma solução para o seu filho. Outra mãe também não acredita que as medidas aplicadas pelo Conselho sejam capazes de resolver o seu problema:

*“Bom, eu creio para você que não, porque eu já levei ele. Eu não vi melhora nenhuma não. Eu acho que não funciona essas medidas, porque eu já fui em tantos lugares com ele e não vi melhora nenhuma”. (Participante 3)*

Ao relatarem, por exemplo, que, após ser atendido pelo Conselho Tutelar, o filho apresentou uma melhora em seu comportamento, mas que com um breve intervalo de tempo esses problemas retornaram, as mães evidenciam dessa forma o seu descontentamento para com as medidas desenvolvidas pelo Conselho para o seu caso. Ao que nos parece, a busca inicial de apoio mais parece um motivo para internação.

Se por um lado uma das causas da não eficácia das práticas, segundo as mães, estaria na ineficiência das ações do Conselho, em outro pólo encontramos outro motivo para essa falha: o próprio filho não aceitou a ajuda oferecida, seja pelas próprias mães, familiares, Conselho Tutelar, associação de moradores, dentre outros. Mais uma vez o que temos é que de modo semelhante às práticas para a recuperação, que estavam embasadas na representação do filho que dá problemas, a avaliação das práticas estaria seguindo o mesmo caminho.

Por outro lado, algumas mães avaliam a ajuda prestada pelo Conselho como sendo positiva. Estas avaliações foram agrupadas na categoria ajuda/apóia. Os relatos a seguir são capazes de exprimir as impressões sentidas a respeito dessa avaliação:

*“O Alexandre me chamou lá, eu fui lá e procurei ele para ajudar. Vai dar três anos que está cuidando disso aí. Ele me deu o telefone da abordagem de rua, as meninas que trabalham na abordagem para ver se conseguiram alguma coisa para internar ele, mas tem uma coisa: só interna se ele quiser, mas aí não tem como, só interna se ele quiser”. (Participante 5)*

*“Eles são bons, muitas vezes eu dependia de Manoela, eu ligava para ela era a primeira a buscar ele. Hoje eu não sei porque nunca mais eu entrei em contato com Manoela. Durante o tempo que eu precisei dela ela sempre me ajudou. Eu até falei para ela uma vez, não vou mais, estou lavando as minhas mãos, nunca mais procurei ela”. (Participante 6)*

Entretanto, a maioria das mães entrevistadas considera que as ações oferecidas pelo Conselho à família não se constituem em ações que sejam capazes de favorecer a mudança do filho, e que, em parte, as atrapalha no processo educacional para com aquele filho. Para as entrevistadas, as medidas do Conselho, objetivadas na pessoa dos Conselheiros *estaria, tirando o poder dos*

*pais*. Os relatos abaixo mostram como as mães avaliam as medidas desenvolvidas pelo órgão:

*“Porque se você bater, o conselheiro achar ruim, se você botar de castigo, o conselheiro acha ruim, então não tem como. Você vive com o filho dentro de casa, mas você não pode nem ter uma autoridade muito forte, que você é processado e tudo”.* (Participante 1)

O desejo das mães é de que o Conselho, em suas ações, não interfira tanto no modo como as mães procuram educar os filhos:

*“É isso, se o Conselho agir da maneira dele, aceitando que os pais também ajam da sua maneira, porque a minha mãe falava assim, que mais antes o filho apanhar do pai do que da polícia e eu acredito. Aí às vezes o Conselho dá muita abertura para os filhos e tira um pouco da autoridade dos pais”.* (Participante 9)

Outra postura desenvolvida pelo Conselho que não é bem recebida pelas mães é a crítica ao seu desempenho. Segundo as mães, alguns conselheiros acreditam que o filho estar agindo daquela forma é culpa das mães, que não impuseram limites enquanto era tempo o que corrobora os resultados encontrados por Espíndula e Santos (2004) e Sant’Ana (2003). Na verdade, essa é uma postura de culpabilização das mães, que pode estar sendo orientada por representações da maternidade caracteristicamente tradicionais, que implicam responsabilização materna por qualquer problema que ocorra no processo de desenvolvimento dos filhos. Então, quando estas se dirigem àquele órgão para buscar ajuda o que encontram são críticas:

*“E o Conselho Tutelar atrapalha um pouco. Alguns conselheiros, entre aspas, alguns atrapalham. Porque alguns você fala uma coisa. Aí quando você chega lá, ao invés de ajudarem você a corrigir a criança, eles vão criticar as*

*mães, que nem já aconteceu comigo. Porque os meninos estavam na rua. Uma das conselheiras ao invés de chegar nas crianças e falar que na rua não era lugar, ela chegou e achou ruim comigo, como se eu mandasse as crianças irem para a rua. Nessa parte eu acho isso errado". (Participante 1)*

Segundo as participantes, uma das críticas feitas pelos conselheiros é a de que os problemas dos filhos se devem à incapacidade que a mãe tem de impor limites. Entretanto, quando os adolescentes são chamados pelos conselheiros para atendimento, os filhos não os respeitam, o que para as mães é motivo de grande indignação. Parece que, na verdade, o que estaria irritando as mães não seria o desrespeito do filho para com o funcionário, mas a falta de força e autoridade deste último frente ao adolescente. O que nos dá a entender que as mães estariam, nesse caso, atribuindo ao funcionário do conselho toda a responsabilidade de impor limites ao filho. A participante 1 relata em dois momentos distintos da entrevista a indignação de ver como os adolescentes se comportam durante o atendimento no Conselho Tutelar:

*"Porque bota e leva, aí leva lá no Conselho. Aí o Conselho acata, traz, solta de novo na rua. As crianças chegam lá dentro do Conselho Tutelar que nem em casa ele chega daquele jeito. Eu já vi criança chegar lá que eu fiquei assim, olhando entendeu? Ele chega como se fosse dono de lá. E tem alguns conselheiros que chega, fala é X e acabou". (Participante 1)*

*"Aí depois trocou de conselheiro, já veio outro. Aí aqueles outros que vieram, eu achei assim, que eles davam mais apoio para o menino ir para a rua. Porque os meninos iam para a rua, eles chegavam lá, colocavam na Kombi e traziam. Chegavam aqui diziam que o culpado era eu que ele ia para a rua e eu trabalhando. Então eu acho assim, que nessa troca aí, atrapalhou bastante". (Participante 1)*



Por fim, o que vemos, também em consequência de todas essas ações descritas e avaliadas pelas mães como negativas por estarem indo de encontro com suas práticas educativas, é que o Conselho dá liberdade demais para as crianças. O que se percebe, em parte, é que esta crença está ancorada na concepção de que o Estatuto da Criança e do Adolescente retira o poder e autoridade dos pais. O Conselho Tutelar, sendo a entidade responsável por fazer cumprir e valer os direitos previstos em Lei para essa parcela da sociedade, é visto como o instrumento legitimador dessa retirada de poder paterno.

## Considerações finais

Ao longo deste trabalho, discutimos a temática das representações das mães atendidas pelo Conselho Tutelar sobre adolescentes que dão problemas, bem como as práticas educativas desenvolvidas visando à resolução do conflito e as relações entre essas mães o Conselho Tutelar.

A partir da análise dos resultados foi possível constatar que a representação a respeito dos adolescentes que dão problemas para a família girava em torno de alguns elementos ou eixos centrais, tais como: a falta de limites, decorrente de características de ordem pessoais e/ou internas relacionadas e a questões ligadas ao meio no qual aquele adolescente estava inserido. A necessidade de obtenção de bens de consumo socialmente valorizados (tênis, celular, óculos, roupas de grife, etc.) ou de substâncias ilícitas além de questões religiosas, como encostos e maldições familiares seriam os outros dois eixos constituintes da representação de adolescentes que dá o problema.

Dentre as causas que levariam os adolescentes a apresentarem problema, o envolvimento e consumo de drogas se apresentou como o de maior preocupação por parte das mães. Não seria de se esperar resultado diferente. Durante a fase de coleta iniciada no mês de julho de 2005 e a finalização deste trabalho em maio de 2006, uma mãe teve seu filho assassinado por traficantes e outro perdeu um baço em decorrência de dívida de droga.

Também foi de interesse da pesquisa compreender como se daria a articulação entre as representações de “adolescente que dá problema” e as

práticas educativas alusivas a essa representação. Ao final, verificamos que as práticas educativas desenvolvidas por essas mães parecem estar sendo guiadas não apenas por essa representação, mas que estariam sendo acionadas também outras representações para orientar as condutas dessas mães com relação a esses adolescentes, tais como as representações de maternidade e de boa mãe, por exemplo.

Estes achados corroboram de certa forma a abordagem estrutural proposta por Abric (1998) em que não há uma interdependência clara entre práticas e representações, mas que uma poderia estar aparentemente desarticulada em relação à outra. Dessa forma, o que vemos é que esta relação seria muito mais complexa que simplesmente linear. Esta concepção abre espaço para uma outra forma de se conceber as relações entre práticas e representações sociais, a de que haja na verdade não uma, mas um sistema de representações capazes de orientar as práticas desenvolvidas pelos mais diversos atores sociais. Tendo por base os nossos achados, pensar a relação entre práticas e representações a partir de um sistema de representações parece ser a proposta mais adequada para a compreensão das possíveis relações entre práticas e representações sociais.

Outro ponto de destaque com relação às práticas desenvolvidas pelas mães, sejam elas durante os primeiros anos de vida ou para a resolução do problema trazido pelo filho, foi que estas estavam centradas em ações de caráter indutivo como dar conselho, exemplos, busca pelo diálogo na educação dos filhos. As práticas punitivas, por sua vez, se constituem numa prática que só é utilizada como último recurso, quando as práticas indutivas não surtem o efeito

esperado. Mesmo quando argumentam que só fazem uso das palmadas e surras em último caso, foi comum encontrar algumas falas alusivas às práticas punitivas. Talvez diante do pesquisador as mães poderiam estar querendo demonstrar o discurso politicamente correto, mas conforme salientado, falas de palmadas e surras costumavam aparecer durante a entrevista. Daí a escolha do título do presente trabalho.

A adoção de práticas conciliatórias em vez das punitivas poderia estar demonstrando ainda a adesão a práticas defendidas pela Psicologia do Desenvolvimento, o que seria uma apropriação desses conhecimentos pelo senso comum. Um dado interessante é que ter condições financeiras para aquisição de bens desejados pelos filhos também aparece como uma das condições necessárias para educação dos filhos. Para as mães entrevistadas, caso estas pudessem oferecer os bens que fossem do desejo dos filhos elas não enfrentariam alguns problemas vividos no presente, pois os filhos não se envolveriam com práticas ilícitas para obtenção do objeto valorizado.

A fim de solucionar os problemas trazidos pelos filhos, as mães passam a procurar ajuda externa à família, como o Conselho Tutelar, comunidade, igreja e/ou levar para a escola. Esta última, conforme discutido, serviria mais com um espaço onde estas poderiam deixar seus filhos enquanto saem para trabalhar ou buscar mantimentos para casa do que pela busca do ensino-aprendizagem, por exemplo.

O que estaria motivando essas mães a valorizar a educação não seriam apenas os benefícios que a escolaridade poderia trazer, pois essa busca parece estar sendo motivada muito mais pela expectativa de uma ação preventiva para

evitar problemas futuros do que por questões ligadas à escolarização e a educação formal propriamente dita. O interesse das mães menos favorecidas economicamente em encontrar um local para manter os filhos longe dos perigos que a rua oferece é manifesto pela preocupação em manter o filho na escola e mais adiante, pelo forte desejo de encontrar um local para interná-lo.

Verificar como se configura justamente, na compreensão das mães, o suporte oferecido por uma fonte externa, representada pelo Conselho Tutelar para o problema enfrentado pelo filho também foi objetivo de nossa análise.

Em relação às ações desenvolvidas pelo Conselho, as mães avaliam as práticas desenvolvidas pela instituição como sendo ineficazes para o problema do filho, uma vez que as propostas apresentadas pelo Conselho Tutelar para o adolescente surtiram resultados de pouca duração. Como consequência, temos por parte das mães a defesa de aplicação de medidas mais rígidas para o caso do filho por parte do Conselho. A medida de internação, cuja execução compete àquele órgão, seria a perseguida pelas mães durante toda a relação estabelecida junto à instituição.

Ao serem questionadas sobre a eficácia das suas práticas para a resolução do problema enfrentado pelos adolescentes estas avaliam como sendo positivas, mas não suficientes para resolver o problema trazido pelo filho. Chama a atenção o fato de estas atribuírem a competência pela resolução do problema a um outro externo a ela, no caso do presente estudo essas ações caberiam ao Conselho Tutelar.

Já o fato das mães atribuírem um valor positivo de suas ações anteriores em detrimento das atuais para a resolução do problema do filho estaria na função

justificadora dessas ações para as representações que estariam guiando essas práticas. Ao avaliarem como positivas as práticas nos primeiros anos de vida não estariam oferecendo uma ameaça à representação de boa mãe e de que cumpriram com seu papel de responsável pela educação e manutenção dos filhos. Enquanto, ao deslocarem a responsabilidade para fora do meio familiar, representadas por um órgão público, permitiria a essas mães justificar o problema do filho pela ineficácia da ação do Conselho, que por ser um órgão público traz consigo o estigma de uma entidade burocrática e inoperante.

Com o nosso estudo, acreditamos ter contribuído para o crescimento da discussão em torno da relação entre práticas e representações, através das práticas educativas maternas e da relação da família com o Conselho Tutelar. No entanto, sugerimos que novas pesquisas sejam realizadas a fim de que possamos ter um conhecimento amplo e generalizado sobre a presente temática em questão, permitindo assim contribuir para o conhecimento e divulgação de práticas educativas mais apropriadas para o enfrentamento dos mais diversos problemas sociais.

## Referências Bibliográficas

- Abestarury, A. (1992). *Adolescência normal: um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre: ArtMed.
- Abric, Jean-Claude (1994). *Pratiques sociales et représentations*. Paris : P.U.F.
- Abric, J.C. (1996). De l'importance de représentations sociales dans les problèmes de l'eclusion sociale. Em : Abric, Jean-Claude. (1996). *De l'importance des représentations sociales das les problèmes de l'exclusion sociale* (pp.11-17). Saint-Agne: Erès.
- Aléssio, R.L.S. & Santos, M.F.S. (2005). Desenvolvimento humano e violência na zona rural. In: Santos, M.F.S. & Almeida, L. M. (Orgs.). *Diálogo com a teoria das representações sociais*, (pp. 77-97), Recife.
- Alvarenga, P. & Piccinini (2001). Práticas educativas maternas e problemas de comportamento em pré-escolares. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 14 (3), pp. 449-460.
- Andrade, S.M.S. (1997). *Conselhos Tutelares: sem ou cem caminhos?* Dissertação de Mestrado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Aragão, E.M.A. (2001). Recorte de uma realidade: em busca da construção de cidadania: Em: Novo, H.A.; Andrade, A.N. (org.). *Ética, cidadania e participação: debates no campo da psicologia*. Vitória: EDFES/CCHN Publicações.
- Aragão, E.M.A. (2004). *“A gente não desiste porque sonha” – A história autônoma dos conselheiros tutelares de Cariacica*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.

- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Assis, S. (1999). *Traçando caminhos numa sociedade violenta. A vida dos jovens infratores e seus irmãos não infratores*. Fiocruz: Rio de Janeiro.
- Assis, S.G. & Constantino, P. (2001). *Filhas do mundo – a infração juvenil feminina no Rio de Janeiro*. Fiocruz: Rio de Janeiro.
- Associação Nacional de Centros de Defesa. (1997). *Conselhos Tutelares no Brasil: perfil dos conselheiros e atuação no sistema de garantia de direitos*. Recife: Associação Nacional de Centros de Defesa/Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.
- Assumpção, J. & Batista, F. (1998). *Adolescência normal e patológica*. São Paulo: Lemos Editorial.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 7.
- Bee, H. L. (2003). *A criança em desenvolvimento*. Porto Alegre: ArtMed.
- Bolsoni-Silva, A. T. & Marturano, E. M. (2002). Práticas educativas e problemas de comportamento: uma análise à luz das habilidades sociais. *Estudos de Psicologia*, 7 (2), pp. 227-235.
- Caldana, R.H.L. (1995). A educação de filhos em camadas médias: transformações no ideário e orientações de pais. *Temas em Psicologia*, nº 1, p. 109-121.
- Camino, L. (1996). A socialização política: Uma análise em termos de participação social. Em L. Camino & P. R. M. Menandro (Orgs.), *A sociedade na perspectiva da psicologia: Questões teóricas e metodológicas* (pp. 14-36). Rio de Janeiro: ANPEPP.



- Camino, C.; Camino, L. & Moraes, R. (2003). Moralidade e socialização: estudos empíricos sobre práticas maternas de controle social e o julgamento moral. *Psicologia Reflexão & Crítica*, 16 (1), pp. 41-61.
- Campos, P.H.F. (1998b). As representações sociais de meninos de rua: proximidade do objeto e diferenças estruturais. Em: Moreira, A.S.P.; Oliveira, D.C. de (Orgs.). *Estudos interdisciplinares em representação social* (pp. 271-283). Goiânia: AB.
- Campos, P.H.F. (2003). A abordagem estrutural e o estudo das relações entre práticas e representações sociais. Em: Campos, P.H.F. & Loureiro, M.C.S. (Orgs.). *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: Ed. da UCG, pp.21-36.
- Campos, P.H.F. & Rouquette, M.L. (2003). Abordagem estrutural e componente afetivo das representações sociais. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 16 (3), pp. 435-445.
- Carlini, E; Galduroóz J.C.F. & Noto A.R. (2001). *I Levantamento Domiciliar sobre o Uso de Drogas Psicotrópicas no Brasil: Estudo envolvendo as 107 maiores cidades do País*. São Paulo: CEBRID – UNIFESP.
- Carlini, E.A.; Galduróz, J. C. F.; Noto, A. R. & Nappo, S. A.. (2002) *Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil-2001*. São Paulo: CEBRID, UNIFESP.
- Cecconello, A.M.; Antoni, C. & Koller, S.H. (2003). Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, num. Esp. p. 45-54.

- Coutinho, M.P.L.; Araújo, L.F. & Gontières, B. (2004). Uso da maconha e suas representações sociais: estudo comparativo entre universitários. *Psicologia em estudo*, 9, (3), 469-477.
- Cotrim, C. B & Rosemberg, F. (1990). Drogas: prevenção no cotidiano escolar. *Caderno de Pesquisa Fundação Carlos Chagas*, n. 47, p. 40-45, ago.
- Cotrim, C. B. & Carvalho, V, A. (1992). Atividades extracurriculares e prevenção ao abuso de drogas: uma questão polêmica. *Revista de Saúde Pública*, v. 26, n. 3, p. 145-149, jun.
- Da Matta, Roberto. (1997). *A Casa & a Rua*. 5. edição. Rio de Janeiro: Rocco.
- Dessen, M.A. & Braz, M.P. (2000). Rede social de apoio durante transições familiares decorrentes do nascimento de filhos. *Psicologia: Teoria e pesquisa*. V. 16, n. 3, pp. 221-231.
- Espíndula, D.H.P. (2003). *“Eles são Diferentes...” Representações dos Educadores Sociais de Adolescentes em Conflito com a Lei Sobre Adolescência e Violência*. Monografia. Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco.
- Espíndula, D.H.P. & Santos, M.F.S. (2004). Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em estudo*, 9, (3), 357-367.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Recife, PERNAMBUCO.
- Farr, Robert M. (1998). *As Raízes da Psicologia Social Moderna*. Petrópolis: Ed. Vozes.

- Groppo, L.A. (2000). *Juventude: ensaios sobre a sociologia e a história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL.
- Harris, J. R. (1995). *Diga-me com quem anda... : Quem realmente conta na formação – os pais ou os amigos? Quais os caminhos para o desenvolvimento de uma criança?* Rio de Janeiro: Objetiva.
- Hoffman, M. L. (1983). Affective and cognitive processes in moral internalization: An information processing approach. Em E. T. Higgins, D. Ruffly & W. Hartup (Orgs.), *Social cognition and social development: A socio-cultural perspective* (pp. 236-274). New York: Cambridge University Press.
- Hoffman, M. L. (1994). Discipline and internalization. *Developmental Psychology*, 30, 26-28.
- Jodelet, D. & Moscovici, S. (1990). Les représentations sociales dans le champ social. *Revue internationale de psychologie sociale*, 3, (3), 285-288.
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. Em: Jodelet, D. (Org.). *As representações sociais*, (pp.17-44). Rio de Janeiro: Ed UERJ.
- Joffe, H. “Eu, não”, “o meu grupo não”. (2003). Representações sociais transculturais da AIDS. Em: Guareschi, P. & Jovchelovitchi, S. (Orgs.). *Textos em Representações Sociais*. 8ª ed., (pp. 297-322). Petrópolis:Vozes.
- Jones, E. E. & Gerard, H. B. (1964). *Foundations of social psychology*. New York: Wiley & Sons.
- Lima, S.C.P. (2003). *“O bem e o mal da lei”: A liberdade assistida sob a perspectiva do adolescente infrator*. Dissertação de Mestrado Não-Publicada,

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.

- Menandro, M.C.S. (2004). *Gente jovem reunida: um estudo de representações sociais da adolescência/juventude a partir de textos jornalísticos 1968/1974 e 1996/2002*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.
- Menin, M.S.D. (2000). Representações sociais de justiça em adolescentes infratores: discutindo novas possibilidades de pesquisa. *Psicologia Reflexão & Crítica*, 13(1), p.59-71.
- Menin, M.S.D. (2003). Atitudes de adolescentes frente à delinquência como representações sociais. *Psicologia Reflexão & Crítica*, 16(1), p.125-135.
- Moreira, A. S. P.(Org). (2001) *Representações Sociais: Teoria e Prática*. João Pessoa: Ed. Universitária.
- Moscovici, S. (1961). *La représentation sociale de la Psychanalyse*. P.U.F.
- Papalia, D. & Olds, S.W.(1998). *Human development*. Mc Graw-Hill.
- Pinheiro, D. P. N. (2003). *Estilo parental: uma análise qualitativa*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia da infância e da adolescência Universidade Federal do Paraná.
- Rocha, S. (2003). *Pobreza no Brasil: afinal de que se trata?* FGV: Rio de Janeiro.
- Sá, C.P. (1994). Sur les relations entre représentations sociales, pratiques socio-culturelles et comportement. *Papers on Social Representations*, 3 (1), 40-46.
- Sá, C. P. de (1995). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: M. J. Spink (Org). *O conhecimento do cotidiano* (pp. 19-45). São Paulo: Brasiliense.
- Sá, C. P. de (1998). *A Construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

- Santana, J.P.; Doninnelli, T. M.; Frosi, R. V. & Koller, S. H. (2005). Os adolescentes em situação de rua e as instituições de atendimento: utilizações e reconhecimento de objetivos. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 18 (1), p.134-142.
- Sant'Ana, M.T.P. (2003). *Representações sociais de conselheiros tutelares sobre o adolescente: relatos de uma prática*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.
- Santos, M.F.S. & Belo, I. (1998). Diferentes formas de velhice, *VII Simpósio da ANPEPP*, Gramado-RS.
- Santos, M.F.S.; Novelino, A.M. & Nascimento, A. P. S. (2001). O mito da maternidade: discurso tradicional sob roupagem modernizante. Em: Moreira, A. S. (Org.). *representações sociais: teoria e prática*, (pp. 269-293). João Pessoa: Ed. UFPB.
- Silva, C.A.P. (1994). *Os Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente de São Paulo e os segmentos pró-cidadania: conflitos, negociações e impasses na construção de espaços públicos*. Dissertação de Mestrado em Ciências Políticas – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Silva, R. (1997). *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. Ática: São Paulo.
- Skinner, B. F. (1976). *Ciência e comportamento humano* (J. C. Todorov & R. Azzi, Trads.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1953).
- Tajfel, H. (1981). *Human groups and social categories*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Trindade, Z. A. (1991). *As representações sociais de paternidade e da maternidade: implicações no processo de aconselhamento genético*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- Trindade, Z.A. (1998a). Na teoria as práticas são outras. *VII Simpósio da ANPEPP*, Gramado – RS.
- Trindade, Z.A. (1998b). Reflexão sobre o estatuto das práticas na teoria das representações sociais. *Anais do Simpósio Internacional sobre representações sociais: questões epistemológicas*, vol. 1, Natal-RN, 18-28.
- Vala (1996). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da Psicologia Social. In: Camino, L. (Org.). *Conhecimento do outro e a construção da realidade social: uma análise da percepção e da cognição social*. Monografias em Psicologia Social, p.119-159. João Pessoa: Editora Universitária.
- Weber, L. N. D.; Viezzer, A. P. & Bradenbrug, O. J. (2004). O uso de palmadas e surras como práticas educativas. *Estudos de Psicologia*, 9 (2), pp. 227-237.

# **ANEXOS**

## ANEXO I

## TERMO DE CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO EM PROJETO DE PESQUISA

Concordo em participar do projeto de pesquisa abaixo discriminado, nos seguintes termos:

**Projeto:** Práticas educativas de pais de adolescentes em conflito com a lei que visem à prevenção de práticas delituosas.

**Responsável:** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Zeidi Araujo Trindade

**Responsável pela coleta dos dados:** Mestrando Daniel Henrique Pereira Espíndula

**Instituição:** Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Universidade Federal do Espírito Santo-UFES)

Justificativa e objetivo da pesquisa:

Considerando que nos dias de hoje a adolescência é alvo de várias discussões junto à sociedade, torna-se então, importante compreender como os pais desses jovens procuram educar seus filhos se posicionam em relação a isso. Dessa forma, o presente estudo tem por objetivo investigar as práticas educativas desenvolvidas por estes na criação dos filhos a fim de promover a prevenção de práticas delituosas.

Procedimentos a que o sujeito será submetido:

- Serão realizadas entrevistas junto aos pais de adolescentes que buscam atendimento em Conselhos Tutelares da Grande Vitória no domicílio destes. As entrevistas serão realizadas pelo responsável acima citado, contando com o auxílio de graduandos do curso de Psicologia da UFES;
- A todo e a qualquer momento os participantes da pesquisa poderão desistir de participar desta;
- Fica assegurado o anonimato dos participantes da pesquisa;
- Vale a pena ressaltar ainda que a pesquisa possa oferecer algum tipo de risco ou desconforto aos participantes, mas caso seja necessário, será oferecido um suporte psicológico e se ainda houver algum tipo de demanda específica, estes participantes poderão ser encaminhados para atendimento psicoterápico nas redes de assistência à saúde ou em clínicas escolas, como a da UFES, por exemplo.

Benefícios esperados:

Os resultados da pesquisa serão divulgados através da participação em congressos e publicação de artigos em periódicos especializados, no intento de contribuir para a ampliação do corpo de conhecimentos sobre as práticas educativas desenvolvidas em nossa sociedade. Espera-se ainda que, a partir dos resultados obtidos, sejam gerados subsídios para a implementação de projetos de intervenção e elaboração de políticas públicas voltadas aos jovens.

Estando assim de acordo, assinam o presente termo de compromisso em duas vias.

\_\_\_\_\_  
Participante

\_\_\_\_\_  
R.G

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo projeto

\_\_\_\_\_  
R.G



## ANEXO II

### Roteiro de entrevista

#### I. Dados sócio-demográficos:

Participante: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_

Número de filhos: \_\_\_\_\_ Posição do filho: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_ Praticante: \_\_\_\_\_ Há quanto tempo: \_\_\_\_\_

Ocupação: \_\_\_\_\_ Renda familiar: \_\_\_\_\_

Relatório das práticas educativas desenvolvidas pelos pais em seu cotidiano doméstico. (As perguntas serão realizadas separadamente aos participantes).

#### 2.1. Práticas educativas

1. A senhora poderia contar então como foi que seu filho cresceu, o que procurou passar para ele, como eram os seus amigos e a sua relação com eles, com a vizinhança, na escola, na família?
2. Vamos falar um pouco de como procurou educar seu filho, o que a senhora acha ser necessário para educar um filho (na prática)? Por quê?
3. A senhora acha que conseguiu alcançar esses objetivos? Se não, por quê?
4. Em que momento percebeu que o seu filho estava dando problemas? Há quanto tempo? Que tipo de coisas era?
5. O que a senhora acha que leva ele a “fazer essas coisas”? Por quê?
6. O que a senhora tem feito?
7. Acredita que ou você ou alguém poderia ter feito alguma coisa para que esse menino evitasse esse tipo de problema? Procurou esse tipo de ajuda? Por quê?
8. Ainda em relação à educação de seu filho, existiria alguma coisa que o senhor fez e não faria de novo? Por quê? O que diria para uma mãe que não deixasse de fazer?

9. Situação hipotética: Digamos que não existisse o Conselho e o seu filho ficasse em casa e o senhor seria responsável pelos problemas desse menino. O que você faria?
10. Que práticas são necessárias para a resolução dos problemas?
11. E se fosse com \_\_\_\_\_ (filho não envolvido em problemas) a senhora faria o mesmo? Por quê?

## **2.2. Adolescente**

12. Possui outros filhos que estão passando pelo mesmo problema?
13. A senhora acha que \_\_\_\_\_ (seu filho), é diferente dos outros irmãos e dos outros amigos? Por quê?
14. Comparando o seu filho com os outros meninos que estão na comunidade, eles seriam iguais ou diferentes do \_\_\_\_\_ (filho)? Em que eles são diferentes?
15. Por que a senhora acha que ele é assim?
16. Alguma vez o seu filho já foi detido, o que é que fez? Por quê? E depois?
17. E agora, como é que está sendo essa relação com o seu filho?

## **2.3. Conselho Tutelar**

18. Em que momento passou a procurar ajuda do Conselho?
19. Como foi procurar uma fonte externa para ajudá-lo(a) no problema do seu filho?
20. O que acha que vai acontecer com seu filho? Acha que ele vai mudar, acredita que as medidas aplicadas irão funcionar, que tipo de avaliação faz do processo e da instituição?
21. A senhora tem visitado seu filho na instituição? Com que frequência? Por quê? **(Opcional)**
22. Tem conhecimento do que acontece na instituição? Tem conversado sobre isso com o seu filho? **(Opcional)**
23. Como o senhor avalia a medida do Conselho? Acha que vai funcionar para o caso do seu filho?

24. O que acha que tem sido feito para resolver os problemas? Sabe o que tem sido feito e se aquilo tem efeito para resolver os problemas do seu filho?

**ANEXO III****Roteiro de evocação**

O que o senhor(a) pensa a respeito de adolescentes que se metem em problemas?

---

---

---

---

---

